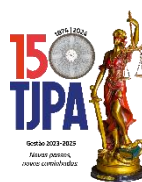




**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça  
do Estado do Pará



## **SERVIÇO DE LICITAÇÕES**

DA SECRETARIA  
DE ADMINISTRAÇÃO

**TJPA – EDITAL DO PE 031/2026 (90031/2026) –  
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E CONTRATAÇÃO SOB  
DEMANDA DE SUBSCRIÇÕES DE SOFTWARE CORPORATIVO DE  
INFRAESTRUTURA E PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS  
ESPECIALIZADOS ASSOCIADOS, VISANDO ASSEGURAR O DIREITO DE  
USO, O ACESSO A ATUALIZAÇÕES, O SUPORTE TÉCNICO OFICIAL E A  
EVOLUÇÃO CONTROLADA DOS AMBIENTES COMPUTACIONAIS DO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ.**



**CONTATO**  
licitacao@tjpa.jus.br  
(91) 3205-3257

← Portal de  
Licitações do  
TJPA

Endereço do Serviço de Licitações:  
Av. Almirante Barroso, corredor principal, sala T 123.  
Retire o edital e acompanhe esta licitação  
e seus atos, via **[www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**



**SERVIÇO DE  
LICITAÇÕES**  
DA SECRETARIA  
DE ADMINISTRAÇÃO

# VITRINE – MURAL



## OBJETO E DATA DE ABERTURA

**OBJETO:** Contratação de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), sob a forma de Sistema de Registro de Preços, caracterizada pela aquisição e contratação sob demanda de subscrições de software corporativo de infraestrutura e pela prestação de serviços técnicos especializados associados, visando assegurar o direito de uso, o acesso a atualizações, o suporte técnico oficial e a evolução controlada dos ambientes computacionais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**DATA DE ABERTURA:** 10/07/2026

**LOCAL:** <https://www.gov.br/compras/pt-br/>



## CRITÉRIO PARA LANCE, TIPO E MODO DE DISPUTA

**CRITÉRIO PARA LANCE:** Menor  
preço por grupo único

**TIPO:** Menor Preço

**MODO DE DISPUTA:** Aberto



## NÚMERO DO PROCESSO E CÓDIGO UASG

SEI 0003575-  
60.2026.8.14.0900

**UASG:** 925942



## PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA

**PRAZO:** Finalizada a fase de  
lances, 02 horas após solicitação  
do Agente de Contratação



## VALOR ESTIMADO

**VALOR GLOBAL DO CERTAME:**  
**R\$43.749.000,00**



## LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

☒ SIM ☐ NÃO



## REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

**JURÍDICA:** Item 9.19.

**FISCAL e TRABALHISTA:**  
Item 9.20.

**ECONÔMICA:** Item 9.21.

**TÉCNICA:** Item 9.22.



## PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

**PRAZO:** Até às 23h59min  
do dia 07/07/2026

**FORMA:** via email:  
[licitacao@tjpa.jus.br](mailto:licitacao@tjpa.jus.br)



## INFORMAÇÕES GERAIS

**INSTRUÇÃO  
NORMATIVA  
Nº 001 / 2023**

TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DO  
ESTADO DO  
PARÁ



# Sumário

1. PREÂMBULO.....	3
2. DO OBJETO .....	4
3. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	6
4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	7
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	10
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	13
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	14
8. DA FASE DE JULGAMENTO .....	18
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	23
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	28
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	29
12. DOS RECURSOS.....	30
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	30
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	30
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	35



# 1. PREÂMBULO

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ –TJPA, CNPJ nº. 04.567.897/0001-90, por intermédio da pessoa designada como Agente de Contratação, nos termos da Portaria nº. 010/2026-SA publicada na edição do Diário Oficial do Estado de 18 de maio de 2026 torna público, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa nº 001/2023/TJPA de 15 de setembro de 2023, da Portaria nº 016/2023 – SA/TJPA e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.1. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** Observado o prazo legal, as empresas interessadas poderão formular consultas pelo e-mail: [licitacao@tjpa.jus.br](mailto:licitacao@tjpa.jus.br), informando sempre o número do pregão e seu objeto.

**1.2. REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema obedecerão rigorosamente ao horário de Brasília/DF.

## 1.3. FONTE DE RECURSOS:

### Dotações utilizadas pelo Pedido :

<b>Dotação</b>	: 2026/247 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	<b>Valor Utilizado :</b>	1.248.650,00
<b>Programa de Trabalho</b>	: 04.102.02.126.1417.8180 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
<b>Elemento de Despesa</b>	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
<b>Fonte de Recurso</b>	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
<b>Destinação</b>	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
<b>Rubrica Item</b>	: 3.3.90.40.19.02.00.00 - TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO EM TIC (VINCUL. A CONTRATO)		
<b>Item de Despesa</b>	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		

<b>Dotação</b>	: 2026/247 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	<b>Valor Utilizado :</b>	8.195.200,00
<b>Programa de Trabalho</b>	: 04.102.02.126.1417.8180 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
<b>Elemento de Despesa</b>	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
<b>Fonte de Recurso</b>	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
<b>Destinação</b>	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
<b>Rubrica Item</b>	: 3.3.90.40.21.01.00.00 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE TIC-CONTRATOS		
<b>Item de Despesa</b>	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		

<b>Dotação</b>	: 2026/247 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	<b>Valor Utilizado :</b>	18.993.000,00
<b>Programa de Trabalho</b>	: 04.102.02.126.1417.8180 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
<b>Elemento de Despesa</b>	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
<b>Fonte de Recurso</b>	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
<b>Destinação</b>	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
<b>Rubrica Item</b>	: 3.3.90.40.57.01.00.00 - SERVICOS PROCESSAMENTO DE DADOS SOMET TIC - 510138		
<b>Item de Despesa</b>	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		

<b>Dotação</b>	: 2026/252 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	<b>Valor Utilizado :</b>	172.890,00
<b>Programa de Trabalho</b>	: 04.102.02.126.1417.8181 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
<b>Elemento de Despesa</b>	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
<b>Fonte de Recurso</b>	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
<b>Destinação</b>	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
<b>Rubrica Item</b>	: 3.3.90.40.19.02.00.00 - TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO EM TIC (VINCUL. A CONTRATO)		
<b>Item de Despesa</b>	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		

<b>Dotação</b>	: 2026/252 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	<b>Valor Utilizado :</b>	1.134.720,00
<b>Programa de Trabalho</b>	: 04.102.02.126.1417.8181 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
<b>Elemento de Despesa</b>	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
<b>Fonte de Recurso</b>	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
<b>Destinação</b>	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
<b>Rubrica Item</b>	: 3.3.90.40.21.01.00.00 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE TIC-CONTRATOS		
<b>Item de Despesa</b>	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		

<b>Dotação</b>	: 2026/252 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	<b>Valor Utilizado :</b>	2.629.800,00
<b>Programa de Trabalho</b>	: 04.102.02.126.1417.8181 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
<b>Elemento de Despesa</b>	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
<b>Fonte de Recurso</b>	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
<b>Destinação</b>	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
<b>Rubrica Item</b>	: 3.3.90.40.57.01.00.00 - SERVICOS PROCESSAMENTO DE DADOS SOMETIC - 510138		
<b>Item de Despesa</b>	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		

<b>Dotação</b>	: 2026/258 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	<b>Valor Utilizado :</b>	499.460,00
<b>Programa de Trabalho</b>	: 04.102.02.126.1417.8182 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
<b>Elemento de Despesa</b>	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
<b>Fonte de Recurso</b>	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
<b>Destinação</b>	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
<b>Rubrica Item</b>	: 3.3.90.40.19.02.00.00 - TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO EM TIC (VINCUL. A CONTRATO)		
<b>Item de Despesa</b>	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		

<b>Dotação</b>	: 2026/258 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	<b>Valor Utilizado :</b>	3.278.080,00
<b>Programa de Trabalho</b>	: 04.102.02.126.1417.8182 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
<b>Elemento de Despesa</b>	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
<b>Fonte de Recurso</b>	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
<b>Destinação</b>	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
<b>Rubrica Item</b>	: 3.3.90.40.21.01.00.00 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE TIC-CONTRATOS		
<b>Item de Despesa</b>	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		

<b>Dotação</b>	: 2026/258 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	<b>Valor Utilizado :</b>	7.597.200,00
<b>Programa de Trabalho</b>	: 04.102.02.126.1417.8182 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
<b>Elemento de Despesa</b>	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
<b>Fonte de Recurso</b>	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
<b>Destinação</b>	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
<b>Rubrica Item</b>	: 3.3.90.40.57.01.00.00 - SERVICOS PROCESSAMENTO DE DADOS SOMETIC - 510138		
<b>Item de Despesa</b>	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		

**1.4.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.



## 2. DO OBJETO

**2.1.** O objeto do presente pregão eletrônico é o Registro de Preços para a aquisição e contratação sob demanda de subscrições de software corporativo de infraestrutura e pela prestação de serviços técnicos especializados associados, visando assegurar o direito de uso, o acesso a atualizações, o suporte técnico oficial e a evolução controlada dos ambientes computacionais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I deste edital.

**2.1.1.** A licitação será realizada em grupo único, formados por 03 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**1.1.** Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.



### 3. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1.** As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões, constam do Termo de Referência e da minuta de Ata de Registro de Preços.
- 3.2.** Dada a modelagem da contratação e a padronização do objeto, não será admitida a previsão de preços diferentes para o mesmo item ofertado.
- 3.3.** As condições para alteração dos preços registrados, bem como as hipóteses de cancelamento da Ata de Registro de Preços e suas consequências, observarão rigorosamente o disposto na Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo II) e na legislação vigente aplicável.
- 3.4.** Fica expressamente vedada a participação deste Tribunal em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade desta Ata, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.



## 4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**4.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados e interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**4.1.1.** Os interessados e interessadas deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**4.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.5. Não haverá participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

**4.5.1.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior, se for o caso de participação exclusiva, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**4.6.** Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, *para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei 14.133, 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.*

**4.7.** Não poderão disputar esta licitação:

**4.7.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



- 4.7.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.7.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.7.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.7.4.1.** tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;
- 4.7.4.2.** estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado do Pará, nos termos Lei 10.520/2002.
- 4.7.4.3.** estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado do Pará, tendo por fundamento o art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;
- 4.7.4.4.** tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;
- 4.7.5.** constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 4.7.6.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.7.7.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.7.8.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.7.9.** agente público do órgão ou entidade licitante;
- 4.7.10.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 4.7.11.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**4.7.12.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.8.** O impedimento de que trata o item 4.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2 e 4.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.10.** O disposto nos itens 4.7.2 e 4.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**4.11.** A vedação de que trata o item 4.7.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**5.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**5.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**5.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.9.1 deste Edital.

**5.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4.4.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota a política de preenchimento mínimo obrigatório de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8213/1991. Na hipótese do não preenchimento da cota prevista no referido dispositivo legal, a CONTRATADA deverá comprovar que envidou, de forma inequívoca, todos os esforços para que as vagas reservadas fossem efetivamente preenchidas.

**5.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar

nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**5.6.** A falsidade de qualquer declaração ou documento sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**5.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**5.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**5.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.11.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**5.12.** O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**5.13.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo

ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**5.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

**6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

**6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**6.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente

**6.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**6.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência.



## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)**.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



**7.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**7.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**7.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.16.** No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.19.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.19.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.19.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele

intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, nos termos indicados na IN nº 01/2023 – PJPA, publicada em 15 de setembro de 2023.

7.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.2.1. empresas estabelecidas no Estado do Pará;

7.20.2.2. empresas brasileiras;

7.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.20.3. Caso perdure o empate, após os critérios anteriormente estabelecidos, o TJPA irá abrir negociação, nas mesmas condições, com as empresas empatadas buscando efetivar o desempate.

**7.21.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão e serão observados os preços unitários máximos constantes do Anexo I – Termo de Referência como critério de aceitabilidade.

**7.22.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a

negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.

**7.23.** Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

**FIQUE ATENTO!**



**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**8.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

**8.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**8.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5.1. e 5.6 deste edital.

**8.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro

lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**8.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.8.** O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

8.8.1. O Agente de Contratação poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

8.8.2. Havendo falhas na proposta, o Agente de Contratação deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

8.8.3. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Agente de Contratação deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

**8.9.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

8.9.2. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.3. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.10.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**8.10.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

**8.10.3.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**8.10.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**8.11.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**8.12.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.12.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**8.13.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**8.14.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.15.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.16.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados e interessadas, incluindo os demais licitantes.

**8.17.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.18.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**8.19.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

### FIQUE ATENTO!

Pode ser escrito o que entender pertinente.



**9.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**9.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.4.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**9.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

**9.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**9.7.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**9.8.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



9.8.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota a política de preenchimento mínimo obrigatório de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8213/1991. Na hipótese do não preenchimento da cota prevista no referido dispositivo legal, a CONTRATADA deverá comprovar que envidou, de forma inequívoca, todos os esforços para que as vagas reservadas fossem efetivamente preenchidas.

**9.9.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**9.10.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**9.11.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**9.12.** A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que **não** estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, preferencialmente em **PDF e arquivo único**, no prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**9.13.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e documentos que deixaram de ser apresentados, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**9.14.** A condição para aceitação de documentos novos é a inequívoca demonstração de fatos existentes à época da abertura do certame.

**9.15.** Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.16.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**9.17.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**9.18.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

#### **9.19. Habilitação jurídica:**

9.19.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.19.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.19.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.19.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.19.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.19.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.19.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.19.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **9.20. Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.20.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.20.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.20.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20.6. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## **9.21. Qualificação Econômico-Financeira:**

9.21.1. **Conforme itens 3.6.4 e 3.6.7 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.**

## **9.22. Qualificação Técnica:**

9.22.1. **Conforme item 3.6.3 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.**

**9.23.** O(A) Agente de Contratação deverá diligenciar para esclarecer ou complementar a instrução processual, inclusive com a inclusão de documentos novos que venham a comprovar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame.

9.23.1. A diligência se aplica tanto a documentos que deixaram de ser apresentados quanto a documentos que foram apresentados com data de validade expirado.

9.23.2. Não serão aceitos documentos novos sem a devida constatação da pré-existência de condição ao tempo da abertura da licitação.

9.23.3. A condição para aceitação de documentos novos é a inequívoca demonstração de fatos existentes à época da abertura do certame.

**9.24.** A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 9.26 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

**9.25.** Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 9.25, o Agente de Contratação, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

**9.26.** O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Agente de Contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**9.27.** Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de Contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**9.28.** O TJPA possibilitará 01 (uma) oportunidade para que o licitante inclua documento novo que comprove condição pré-existente.



## 10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**10.1.** Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a **Ata de Registro de Preços**, no prazo e nas condições estabelecidos na **Ata de Registro de Preços**, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que:

10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**10.3.** A **Ata de Registro de Preços** será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sítio eletrônico do PJPA e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**10.4.** Serão formalizadas tantas **Atas de Registro de Preços** quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**10.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da **Ata de Registro de Preços**.

**10.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**10.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a **Ata de Registro de Preços** no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



## 11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

**11.1.** Após a homologação da licitação deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da **Ata de Registro de Preços**:

11.1.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observado que o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital

**11.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

11.2.1. aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.2.2. mantiverem sua proposta original

**11.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

**11.4.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**11.5.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**11.6.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.6.1. quando o licitante vencedor não assinar a **Ata de Registro de Preços** no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.6.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do **registro de preços**, nas hipóteses previstas no Regulamento do TJPA.

**11.7.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.7.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.7.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



## **12. DOS RECURSOS**

**12.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.2.** O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**12.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 20 (vinte) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**12.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**12.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**12.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

### **FIQUE ATENTO!**

**Observe os percentuais de multa estabelecidos para os casos de descumprimento do pactuado. – ITEM 13.4.**



**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

13.1.3. não celebrar a ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

13.1.5. fraudar a licitação.

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



**13.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. Advertência:

13.2.2. Multa:

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar:

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade:

**13.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.4.** A multa será conforme especificado no Termo de Referência, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**13.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**13.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**13.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1, 13.1.1 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**13.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1, 13.1.1 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**13.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades cabíveis.

**13.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**13.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**13.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



## 14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**14.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**14.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**14.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **por meio do seguinte endereço eletrônico: [licitacao@tjpa.jus.br](mailto:licitacao@tjpa.jus.br).**

**14.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**14.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



## 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.5.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.8.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.9.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Coordenadoria-de-Convenios-e-Contratos/409290-licitacoes.xhtml>.
- 15.10.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.10.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 15.10.2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços
- 15.10.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Belém, 25 de junho de 2026.

MAURÍCIO CRISPINO GOMES

Secretário de Administração

<b>Processo SEI</b>	0003575-60.2026.8.14.0900
<b>Código PAC</b>	SETIC104A26

## 1. DO OBJETO

### 1.1. Definição do Objeto

1.1.1. Contratação de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), sob a forma de Sistema de Registro de Preços, caracterizada pela aquisição e contratação sob demanda de subscrições de software corporativo de infraestrutura e pela prestação de serviços técnicos especializados associados, visando assegurar o direito de uso, o acesso a atualizações, o suporte técnico oficial e a evolução controlada dos ambientes computacionais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

### 1.2. Descrição detalhada do Objeto

1.2.1. O registro de preços abrange a contratação de solução de TIC composta pela disponibilização de subscrições de software, fornecimento de treinamentos oficiais e prestação de serviços técnicos especializados para sustentação, atualização e evolução dos ambientes de infraestrutura baseados na plataforma corporativa da Red Hat.

1.2.2. A contratação é composta pelos seguintes elementos dimensionados sob demanda:

1.2.2.1. Créditos de Subscrições (CRD): fornecimento de créditos conversíveis em subscrições de software da plataforma Red Hat (ex: Red Hat Enterprise Linux, OpenShift, OpenShift AI, entre outros), garantindo o direito de uso e suporte oficial.

1.2.2.2. Créditos de Unidade de Treinamento (CRD): fornecimento de treinamentos oficiais do fabricante para capacitação contínua da equipe técnica do TJPA.

1.2.2.3. Serviços Técnicos Especializados (UST): prestação de serviços de apoio à sustentação, operação, implantação e evolução dos ambientes, realizados sem dedicação exclusiva de mão de obra.

1.2.3. A solução deverá garantir ambientes operacionais de alta disponibilidade, automação de rotinas de infraestrutura, gestão centralizada de plataformas e compatibilidade com arquiteturas modernas de virtualização e containerização. Deverá, ainda, assegurar infraestrutura de software compatível e oficialmente suportada para processamento distribuído e operação de cargas de trabalho baseadas em Inteligência Artificial.

1.2.4. São entregáveis mínimos associados ao objeto:

1.2.4.1. Acesso contínuo a atualizações corretivas, evolutivas e patches de segurança dos componentes de software.

1.2.4.2. Suporte técnico oficial provido pelo fabricante com atendimento 24x7 para incidentes.

1.2.4.3. Certificados oficiais de conclusão para os participantes dos treinamentos ministrados.

1.2.4.4. Relatórios técnicos de execução e encerramento para ateste das Ordens de Serviço (OS) geradas no consumo de USTs.

1.2.5. Não compõem o escopo desta contratação:

1.2.5.1. A aquisição, manutenção ou adequação de equipamentos de hardware (servidores, storage, rede), que aproveitará a infraestrutura física já existente.

1.2.5.2. O desenvolvimento de sistemas corporativos sob encomenda (fábrica de software) e a prestação de serviços eventuais não relacionados à plataforma especificada.

1.2.6. Segue o quantitativo detalhado para a composição do objeto:

LOTE ÚNICO						
Item	Descrição	CATMAT/CATSER	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Créditos de subscrições, por item individual, de produtos e serviços da linha Red hat	27502	CRD	20.000	1.461,00	29.220.000,00

02	Treinamento oficial para produtos da linha Red Hat	27502	CRD	1.000	1.921,00	1.921.000,00
03	Serviços Técnicos Especializados para o ecossistema de produtos da linha Red Hat	27340	UST	20.000	630,40	12.608.000,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ 43.749.000,00

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Motivação

2.1.1. A contratação é motivada pela necessidade institucional de assegurar a continuidade, a estabilidade e a segurança dos ambientes de software de infraestrutura que sustentam os sistemas judiciais e administrativos de missão crítica do TJPA, além de suportar de forma segura a expansão institucional das iniciativas de inteligência artificial.

No contexto atual o Tribunal de Justiça do Estado do Pará mantém um ambiente computacional corporativo de elevada criticidade, composto por sistemas operacionais, plataformas de orquestração de contêineres e processamento avançado.

Atualmente, o ecossistema encontra-se em fase de consolidação de infraestruturas distribuídas e de rápida expansão do uso de inteligência artificial, as quais exigem recursos computacionais otimizados (como GPUs) e suporte contínuo para operação. A operação desses ecossistemas complexos ultrapassa a simples disponibilidade de servidores físicos, exigindo infraestrutura de software de base e de orquestração oficialmente suportada, certificada e continuamente atualizada.

A administração possui a necessidade de garantir ambientes aptos a fornecer patches tempestivos de segurança, gestão centralizada, suporte especializado e compatibilidade tecnológica irrestrita para sustentar serviços essenciais ao Tribunal.

A eventual descontinuidade de subscrições ativas, de atualizações ou do fornecimento de suporte técnico oficial expõe o Tribunal de Justiça a elevados riscos de indisponibilidade de sistemas essenciais à prestação jurisdicional.

Dessa forma, a ausência desse suporte acarreta exposição a vulnerabilidades de segurança da informação, rápida obsolescência do ambiente, estagnação da capacidade institucional de inovação em inteligência artificial e aumento indireto de custos com intervenções operacionais emergenciais, cenário incompatível com o dever da Administração de assegurar a prestação contínua dos serviços públicos.

### 2.2. Alinhamento com o Plano Anual de Contratações e ao Plano Diretor de TIC

CÓDIGO DO PAC		SETIC 104A26
ID	AÇÃO DO PDTIC	META DO PDTIC ASSOCIADA
N14	Atualização da plataforma de sistemas básicos do TJPA	Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados
ID	OBJETIVO NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	MACRODESAFIO
OEPE02	Aprimorar o domínio de serviços de TIC	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e proteção de dados

### 2.3. Objetivos

2.3.1. A contratação tem por objetivo assegurar a sustentação contínua, a atualização e a evolução controlada dos ambientes de software de infraestrutura do TJPA, garantindo níveis adequados de disponibilidade, estabilidade, segurança e compatibilidade necessários ao funcionamento dos sistemas judiciais, administrativos e das soluções institucionais de missão crítica.

Constituem objetivos específicos da contratação: assegurar o acesso permanente às atualizações corretivas, evolutivas e de segurança dos componentes de software; garantir a disponibilidade de suporte técnico oficial do fabricante e de serviços técnicos especializados; mitigar riscos operacionais, de segurança da informação e de descontinuidade dos serviços; viabilizar o atendimento flexível e escalável das demandas institucionais, inclusive aquelas decorrentes de projetos em expansão e da incorporação de novos ativos de hardware; e preservar a aderência da infraestrutura tecnológica às diretrizes de governança de TIC do TJPA e às necessidades de evolução tecnológica, especialmente no suporte a soluções institucionais baseadas em inteligência artificial.

### 2.4. Referência aos Estudos Técnicos Preliminares

2.4.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) encaminhado pela Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica e os Estudos Técnicos Preliminares constantes do Processo Administrativo Eletrônico nº 0003575-60.2026.8.14.0900.

### 2.5. Análise de Mercado de TIC

2.5.1. O mercado de tecnologia da informação e comunicação demonstra ampla capacidade e estruturação para o fornecimento contínuo de soluções de infraestrutura corporativa.

Panorama do mercado

2.5.2. O mercado dispõe de diversas plataformas consolidadas de software de infraestrutura, capazes de sustentar sistemas operacionais, ambientes de execução de aplicações, automação e orquestração. A forma de comercialização predominante para atendimento a essa demanda é o fornecimento de subscrições associadas a serviços técnicos, garantindo o direito de uso, acesso tempestivo a atualizações evolutivas e patches de segurança, além de suporte oficial e especializado do fabricante.

#### Maturidade e capacidade de atendimento

2.5.3. O mercado especializado atesta elevado grau de maturidade tecnológica, contando com empresas capazes de suportar infraestruturas de missão crítica no setor público e privado. As soluções ofertadas possuem capacidade robusta para lidar com arquiteturas modernas (virtualização e containerização) e garantem integração contínua com bibliotecas, frameworks e plataformas de processamento voltadas ao suporte a iniciativas de inteligência artificial.

#### Referências de contratações similares

2.5.4. O modelo de fornecimento de subscrições de software de infraestrutura com atualização contínua e prestação de serviços técnicos é consolidado e amplamente adotado na Administração Pública. Identificaram-se contratações públicas com objetos e escopos compatíveis em diversos órgãos, a exemplo dos realizados pela Polícia Federal, Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Ministério Público do Estado do Pará e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

### 2.6. Benefícios e Resultados

#### Benefícios esperados

2.6.1. Os principais ganhos qualitativos e quantitativos decorrentes da contratação englobam:

- Garantia de segurança e continuidade: Acesso contínuo a atualizações corretivas e patches de segurança, reduzindo drasticamente a exposição a vulnerabilidades da infraestrutura.
- Agilidade na resolução de incidentes: Redução do tempo de indisponibilidade de sistemas críticos por meio do atendimento técnico oficial e especializado.
- Eficiência financeira e operacional: Preservação do conhecimento técnico interno já consolidado na equipe, o que mitiga custos indiretos com reestruturações operacionais ou capacitações extensivas em novas plataformas.
- Previsibilidade administrativa: Estabelecimento de um ciclo de vida previsível para os softwares de infraestrutura, reduzindo a ocorrência de contratações emergenciais causadas por obsolescência.
- Integração tecnológica: Aumento da interoperabilidade e do suporte nativo a arquiteturas modernas para sustentar de forma segura os projetos de inteligência artificial.

#### Resultados esperados

- A manutenção contínua da estabilidade e segurança dos ambientes que sustentam a prestação jurisdicional e administrativa do TJPA.
- A padronização e racionalização da base tecnológica, evidenciada pela melhoria na eficiência da administração e na automação das rotinas operacionais.
- A ampliação efetiva da capacidade do Tribunal de executar e evoluir cargas de trabalho complexas de inteligência artificial e soluções em contêineres, de forma controlada.
- O fortalecimento da governança de TIC, assegurando maior alinhamento entre a infraestrutura tecnológica disponível e os objetivos estratégicos do Tribunal.

### 2.7. Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada

2.7.1. Considerando que a presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, não há obrigação de consumo imediato da totalidade dos créditos registrados, sendo estes utilizados conforme a necessidade institucional ao longo da vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes.

Nesse contexto, o dimensionamento do quantitativo de créditos contempla diferentes cenários de consumo, incluindo a renovação das subscrições atualmente existentes por períodos de 1 (um) ou 3 (três) anos, bem como a possibilidade de expansão do ambiente tecnológico

com a adoção de novas soluções do ecossistema Red Hat, tais como plataformas de automação, containerização e inteligência artificial.

Dessa forma, o quantitativo total registrado visa assegurar flexibilidade administrativa e previsibilidade orçamentária, permitindo que o Tribunal utilize os créditos conforme a evolução das necessidades tecnológicas ao longo da vigência da contratação.

Importa destacar que, por se tratar de contratação estruturada sob o Sistema de Registro de Preços, o quantitativo registrado representa limite máximo estimado para eventual contratação ao longo da vigência da ata, não configurando obrigação de consumo integral por parte da Administração.

Nesse contexto, o quantitativo total de créditos registrado foi dimensionado considerando não apenas a renovação das subscrições atualmente existentes, mas também a necessidade de assegurar margem operacional para evolução tecnológica do ambiente institucional, incluindo a expansão de workloads em containers, iniciativas de automação de infraestrutura, modernização de aplicações e ampliação das soluções baseadas em inteligência artificial.

Tal abordagem está alinhada às boas práticas de planejamento de contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação no setor público, nas quais a definição do quantitativo em atas de registro de preços deve contemplar cenários de crescimento e variação da demanda institucional ao longo do período de vigência da contratação.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	TIPO	MÉTRICA OU UNIDADE	QTDE. A SER REGISTRADA	QTDE. PARA CONSUMAÇÃO IMEDIATA – 1 ANO	QTDE. PARA CONSUMAÇÃO IMEDIATA – 3 ANOS
1	Créditos de subscrições, por item individual, de produtos e serviços da linha Red hat, inclusive, Red Hat Enterprise Linux, OpenShift, Openshift AI e demais correlatos, incluindo suporte e garantia.	27502	Serviço	CRD	20000	5411	14631
2	Treinamento oficial para produtos da linha Red Hat	27502	Serviço	CRD	1000	Não se aplica	Não se aplica
3	Serviços Técnicos Especializados para o ecossistema de produtos da linha Red Hat	27340	Serviço	UST	20000	Não se aplica	Não se aplica

## 2.8. Impacto Ambiental

2.8.1. A contratação possui natureza lógica e de prestação de serviços, cujas características inerentes dispensam a realização de atividades poluentes ou de degradação ambiental.

2.8.2. Não foram identificados impactos ambientais negativos associados ao ciclo de vida da solução. O objeto compreende estritamente o fornecimento de subscrições de software e a prestação de serviços técnicos especializados, sem envolver a aquisição adicional de bens físicos, a geração de resíduos sólidos eletrônicos ou a realização de atividades potencialmente poluidoras.

2.8.3. O grau de impacto ambiental negativo é inexistente. Pelo contrário, a solução contribui indiretamente para a sustentabilidade ambiental ao favorecer a otimização e a padronização dos ambientes de infraestrutura de TIC do TJPA, o que reduz a necessidade de substituição prematura de equipamentos (hardware) e o consumo adicional de recursos materiais. Ademais, a priorização do suporte remoto mitiga deslocamentos técnicos, e a adoção de ambientes atualizados promove maior eficiência operacional e energética, em pleno alinhamento às boas práticas de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas.

## 2.9. Impacto Social e Cultural

2.9.1. A contratação proporciona impactos positivos, alinhados à modernização dos serviços públicos e ao desenvolvimento contínuo do quadro técnico institucional do TJPA.

2.9.2. A solução contribui diretamente para a eficiência e a segurança dos serviços digitais oferecidos pelo TJPA à sociedade. Ao assegurar o funcionamento contínuo, estável e seguro dos sistemas judiciais e administrativos, a contratação fortalece a prestação jurisdicional, amplia a capacidade institucional de resposta ao cidadão e favorece a modernização dos serviços públicos ofertados.

2.9.3. A manutenção da atual plataforma tecnológica preserva a cultura organizacional e os processos de trabalho já consolidados no Tribunal, evitando mudanças abruptas que comprometeriam a estabilidade institucional. Ademais, favorece a disseminação do conhecimento técnico acumulado, promove a valorização do capital humano por meio da capacitação contínua e estimula uma cultura institucional voltada à governança de TIC, à inovação e ao uso responsável de tecnologias avançadas, como a inteligência artificial.

2.9.4. O grau de impacto social e cultural é considerado positivo e relevante. A contratação atua como viabilizadora da transformação digital do Judiciário paraense, integrando-se naturalmente às rotinas de trabalho dos servidores e jurisdicionados sem impor barreiras de adaptação técnica ou cultural.

## 2.10. Critérios de Sustentabilidade



2.10.1. A contratação observará práticas de sustentabilidade ambiental e operacional proporcionais à natureza lógica e de prestação de serviços do objeto.

2.10.2. Em conformidade com o planejamento da demanda, foram estabelecidos os seguintes critérios práticos:

2.10.2.1. **Priorização do atendimento remoto:** A execução das atividades de suporte, manutenção e apoio técnico deverá ser realizada, sempre que possível, de forma remota, visando à redução de deslocamentos físicos, mitigando o consumo de recursos e a emissão de poluentes.

2.10.2.2. **Eficiência tecnológica:** Racionalização do uso de recursos computacionais e aumento da eficiência energética dos ambientes suportados, garantidos por meio de softwares atualizados e oficiais.

2.10.2.3. **Mitigação de desperdícios:** Redução de falhas operacionais e retrabalho operacional por meio da prestação de serviços técnicos especializados e adoção de rotinas automatizadas.

2.10.3. Os critérios listados aplicam-se diretamente à modelagem da prestação dos serviços especializados e à operação contínua das subscrições de software da plataforma. A garantia de atualizações e a manutenção otimizada do ambiente promovem, na prática, o prolongamento da vida útil dos equipamentos físicos (hardware) já instalados no TJPA, evitando o sucateamento e o descarte prematuro decorrentes da obsolescência lógica.

2.10.4. Declara-se que os critérios de sustentabilidade adotados são exequíveis, estritamente proporcionais e compatíveis com a contratação de subscrições de software e serviços técnicos. Por não envolver a aquisição direta de equipamentos físicos adicionais, inexistem critérios de sustentabilidade extras ou mais restritivos aplicáveis a este escopo.

## 2.11. Conformidade Legal

2.11.1. A presente contratação está em conformidade com o ordenamento jurídico aplicável às contratações públicas de soluções de tecnologia da informação e comunicação, em especial com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos, observados os princípios da legalidade, da eficiência, da continuidade do serviço público, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

A contratação observa, ainda, as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 468/2022, que dispõe sobre a governança e a gestão de TIC no âmbito do Poder Judiciário, bem como os normativos internos do TJPA aplicáveis à fase de planejamento das contratações e à seleção do fornecedor, notadamente a Instrução Normativa nº 01/2023 e a Instrução Normativa nº 02/2024, no que couber.

No que se refere à segurança da informação e à proteção de dados, a execução do objeto deverá atender às políticas institucionais do TJPA e às disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como às demais normas e boas práticas aplicáveis à proteção de informações sensíveis, especialmente aquelas relacionadas a ambientes tecnológicos que suportam sistemas judiciais e soluções institucionais de missão crítica.

## 3. DA LICITAÇÃO

### 3.1. Natureza do Objeto da Contratação

3.1.1. A contratação possui natureza de fornecimento de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), voltada à sustentação, atualização e evolução ininterrupta da infraestrutura corporativa de software do TJPA.

3.1.2. O objeto classifica-se como contratação de solução de TIC com serviços associados. A demanda compreende uma solução comum de mercado caracterizada pela disponibilização de subscrições de software de infraestrutura, combinada com a prestação de serviços técnicos especializados e fornecimento de unidades de treinamento.

3.1.3. A execução do objeto ocorrerá de forma eventual e sob demanda, mediante entregas e prestações parceladas. A disponibilização das subscrições, o acesso tempestivo às atualizações corretivas e evolutivas, bem como a prestação dos serviços técnicos especializados, visam atender a demandas recorrentes e permanentes da instituição. A execução contínua é essencial para mitigar riscos operacionais e garantir a segurança, a estabilidade e a operação ininterrupta dos ambientes tecnológicos de missão crítica do Tribunal.

### 3.2. Parcelamento e Adjudicação

3.2.1. A contratação será realizada de forma integrada, visando preservar a coerência técnica da solução e centralizar a responsabilidade pela execução e suporte do ecossistema tecnológico.

3.2.2. O objeto desta contratação **não será parcelado**. A decisão fundamenta-se na natureza integrada da demanda, composta por subscrições de software de infraestrutura e serviços técnicos especializados associados. O parcelamento comprometeria a coerência técnica da solução, geraria riscos de incompatibilidade tecnológica, fragmentaria as responsabilidades de suporte e dificultaria severamente a gestão contratual e o acompanhamento do desempenho global do ambiente.

3.2.3. A adjudicação do objeto ocorrerá por **lote único**, englobando todos os itens da composição do objeto. A medida é imprescindível para garantir o fornecimento de uma solução coesa, com suporte unificado e adequada responsabilização técnica pelo funcionamento integrado da plataforma corporativa.

### 3.3. Modalidade e Tipo de Licitação

3.3.1. A seleção do fornecedor dar-se-á mediante procedimento licitatório adequado à natureza comum do objeto de Tecnologia da Informação e Comunicação a ser contratado.

3.3.2. A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade **Pregão, em sua forma eletrônica**. A escolha mostra-se adequada

em razão de sua ampla utilização nas contratações públicas de TIC, por tratar-se de objeto com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, o que assegura ampla competitividade, transparência ao certame e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.3.3. O tipo de licitação adotado será o de **menor preço**, considerando o critério de julgamento pelo **menor preço global**. A adoção desse critério está em consonância com a adjudicação por lote único e com a natureza integrada da solução a ser contratada.

#### 3.4. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor

3.4.1. A seleção do fornecedor e o julgamento das propostas serão realizados de forma objetiva, visando à escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, em estrita observância à natureza integrada da solução de TIC a ser contratada.

3.4.2. A seleção da proposta dar-se-á por meio da adoção do critério de menor preço. O modo de disputa será exclusivamente aberto, permitindo que os licitantes apresentem lances públicos e sucessivos, de forma decrescente, até o encerramento da sessão. Adicionalmente, em razão da complexidade operacional, indivisibilidade do objeto e ausência de viabilidade de fracionamento, não será adotado o regime de exclusividade ou cota reservada para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

3.4.3. O julgamento das propostas adotará como critério o menor preço global para o lote único. O valor global ofertado deverá contemplar todos os custos, tributos, encargos e despesas diretas e indiretas necessárias para a plena disponibilização das subscrições e a prestação contínua dos serviços técnicos especializados, assegurando o atendimento integral aos quantitativos e aos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

#### 3.5. Da subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto.	<input checked="" type="checkbox"/>
Será admitida a subcontratação de parte do objeto.	<input type="checkbox"/>

#### 3.6. Critérios de Habilitação

##### Habilitação jurídica, fiscal e trabalhista

3.6.1. A habilitação jurídica limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, nos termos do art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.6.2. As licitantes deverão comprovar a habilitação econômico-financeira, restrita à apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme abaixo:

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho; e
- f) Apresentar declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

##### Habilitação técnica

3.6.3. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

- a) Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior; A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação;
- b) Será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados;
- c) Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que a Licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.
- d) Será admitida a apresentação de atestados de capacidade técnica para contratos em andamento, desde que iniciados há pelo menos 06 (seis) meses da data de emissão ou que sejam fruto de sucessivas prorrogações, devendo o órgão emitente informar a data de início da prestação dos serviços e que estão sendo prestados de forma satisfatória;
- e) Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, serão aceitos atestados que utilizem métricas distintas da Unidade de

Serviço Técnico (UST), tais como Ponto de Função (PF), desde que haja compatibilidade com o objeto da contratação. Para efeito de equivalência, será adotado o seguinte fator de conversão: 1 (um) Ponto de Função (PF) equivale a 10 (dez) Unidades de Serviço Técnico (UST).

3.6.3.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica relativa ao item 1 deste termo de referência, os atestados (ou soma dos atestados) deverão dizer respeito ao fornecimento de subscrições de software do ecossistema Red Hat, abrangendo, no mínimo 3 (três) dos itens a seguir:

- a) 20 (vinte) unidades de subscrições Red Hat OpenShift Platform Plus;
- b) 5 (cinco) unidades de subscrições Red Hat AI Accelerator;
- c) 1 (uma) unidade de subscrição Red Hat OpenShift AI;
- d) 1 (uma) unidade de subscrição Red Hat Service Interconnect;
- e) 1 (uma) unidade de subscrição Red Hat Developer Hub.

3.6.3.2. Para fins de comprovação da qualificação técnica relativa ao item 3 deste termo de referência, os atestados (ou soma dos atestados) deverão dizer respeito ao fornecimento de serviços técnicos que comprovem pelo menos 50% (cinquenta por cento) da quantidade de Unidades de Serviço Técnico (UST) requerida no presente certame, contendo:

- a) Desenvolvimento, manutenção / sustentação e implantação de aplicações na plataforma Red Openshift, com as linguagens Java, .NET e Python.
- b) Migração e modernização de aplicações não containerizadas para a plataforma Red Openshift.
- c) Instalação e configuração das soluções Red Hat OpenShift AI e Red Hat Developer Hub em ambiente(s) produtivo(s) Red Hat OpenShift;
- d) Implantação e configuração de modelo(s) de linguagem de grande porte (Large Language Models – LLMs), de código aberto (open source), na plataforma Red Hat OpenShift AI, incluindo modelos suportados ou validados pelo fabricante;
- e) Especificação, definição arquitetural, desenvolvimento e implantação em ambiente produtivo de aplicações baseadas em Inteligência Artificial Generativa, utilizando técnicas como Recuperação Aumentada por Geração (Retrieval-Augmented Generation – RAG), ajuste fino de modelos (Fine-Tuning) ou técnicas correlatas, aplicadas à construção de sistemas conversacionais, mecanismos de busca semântica, agentes inteligentes ou soluções integradas a bases de conhecimento.
- f) Implantação de Data Lake e Data Warehouse corporativo, contendo ingestão e Integração automatizada de dados a partir de diversas fontes, e Implementação de pipelines de dados com utilização de ferramentas para transformação e versionamento de modelos analíticos, com empacotamento em contêineres e execução automatizada na plataforma Red Hat OpenShift.
- g) Administração, suporte, manutenção e sustentação de ambiente(s) produtivos em arquiteturas híbridas, contemplando pelo menos 1 (um) cluster OpenShift on-premises e pelo menos 1 (um) cluster OpenShift implantado em provedor de nuvem oficialmente suportado pela Red Hat, com integração entre os ambientes por meio de componentes como Red Hat Service Interconnect ou tecnologias equivalentes oficialmente homologadas pelo fabricante;
- h) Implementação, adaptação ou especialização de modelos de linguagem de grande porte (LLM), incluindo atividades de fine-tuning, alinhamento ou técnicas equivalentes, com soluções ecossistema Red Hat voltadas à inteligência artificial, tais como OpenShift AI, RHEL AI, InstructLab ou tecnologias equivalentes.
- i) Especificação, definição arquitetural, desenvolvimento, testes e implantação em ambiente produtivo de pelo menos 1 (uma) aplicação baseada em Inteligência Artificial Generativa, utilizando modelo(s) de linguagem de grande porte (LLMs) de código aberto, servido(s) por meio de soluções Red Hat AI, como o Red Hat Inference Server, com utilização de GPU(s), bem como realização de extração de texto a partir de imagens ou arquivos PDF e/ou imagens por meio de tecnologias de OCR (Optical Character Recognition), incluindo ferramentas de código aberto, tais como, mas não se limitando a, Docling, Tesseract ou similares;

#### **Habilitação financeira**

3.6.4. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura do certame;

3.6.5. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

3.6.6. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{passivo não circulante}}$

$SG = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo total}}$

Passivo circulante + passivo não circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo circulante

3.6.7. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

### **3.7. Critérios técnicos de aceitação das propostas**

3.7.1. Para a comprovação técnica da aderência da proposta e visando assegurar a regularidade da execução do objeto, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, na fase de aceitação, os seguintes documentos:

3.7.1.1. Declaração emitida pelo fabricante comprove que a Licitante está autorizada comercializar produtos Red Hat para o setor público no Brasil. O documento destina-se estritamente a assegurar a execução do contrato, atestando que a licitante está autorizada a comercializar as subscrições corporativas, garantindo a originalidade das licenças, o acesso ininterrupto às atualizações de software e a prestação do suporte técnico oficial exigido.

3.7.1.2. Declaração de Versão Institucional: Declaração subscrita pela licitante atestando que as subscrições ofertadas correspondem às versões corporativas oficiais da Red Hat destinadas à Administração Pública, vedado o fornecimento de versões de avaliação, educacionais ou promocionais.

3.7.1.3. Declaração de Certificação Profissional: Declaração atestando que a licitante dispõe, ou disporá até a assinatura do contrato, de equipe técnica com a seguinte qualificação profissional:

3.7.1.3.1. No mínimo 1 (um) profissional com certificação Red Hat Certified Architect (RHCA)

3.7.1.3.2. No mínimo 1 (um) profissional com certificação Red Hat Certified Specialist in OpenShift AI ou Red Hat Certified Developer in AI.

3.7.1.4. É vedado o acúmulo de certificações em um mesmo profissional para fins de atendimento dos subitens 3.7.1.3.1 a 3.7.1.3.2;

3.7.1.5. Quando da realização dos serviços pelo profissional certificado, a contratada deverá comprovar que este possui a qualificação exigida, como critério de recebimento definitivo do serviço executado.

3.7.2. Como marco obrigatório da execução contratual, a fim de garantir a maturidade dos processos e a segurança dos dados, a CONTRATADA deverá apresentar à equipe de fiscalização do TJPA as cópias autenticadas (ou com validação de autenticidade via internet) dos seguintes certificados válidos e vigentes, emitidos por instituições credenciadas em nome da empresa executora:

3.7.2.1. Certificação ISO/IEC 27001 (Sistema de Gestão da Segurança da Informação):

3.7.2.1.1. A exigência justifica-se pela criticidade dos ativos de infraestrutura tecnológica custodiados pelo TJPA, cuja operação demandará da Contratada o acesso privilegiado (root e administrativo) aos servidores Red Hat Enterprise Linux, à plataforma de contêineres Red Hat OpenShift, à ferramenta de automação Red Hat Ansible Automation Platform e aos demais componentes que sustentam os sistemas jurisdicionais e administrativos do Tribunal. A atuação direta sobre o sistema operacional, com permissões de nível de kernel, manipulação de credenciais de serviço, gestão de certificados digitais, definição de políticas de hardening e execução de playbooks de automação em larga escala, exige garantias robustas de que os processos internos da Contratada de gestão de identidade, controle de acesso privilegiado (PAM), registro e auditoria de comandos executados, gestão de patches e tratamento de vulnerabilidades publicadas via Red Hat Security Advisories estejam aderentes aos mais altos padrões internacionais. A certificação, ou seu equivalente funcional auditado por terceira parte independente, assegura que a empresa adota um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) maduro, mitigando riscos de escalonamento de privilégios, movimentação lateral em ambientes Linux, comprometimento da cadeia de suprimentos de software (supply chain), sequestro de dados e violação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assegurando o alinhamento com as diretrizes de Governança Digital do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

3.7.2.2. ISO/IEC 20000-1 (Gestão de Serviços de TI) OU CMMI-SVC nível 2 (ou superior) OU MPS.BR-SV nível E (ou superior):

3.7.2.2.1. Para garantir maturidade e padronização dos processos de gestão de serviços de TI, especialmente na operação de plataformas de infraestrutura crítica em regime ininterrupto, a LICITANTE deverá apresentar pelo menos uma das certificações válidas, ou comprovação equivalente nos termos do item 3.7.2.2. Tais certificações confirmam maturidade nos processos de gestão de incidentes, problemas, mudanças, liberação, configuração, continuidade e níveis de serviço, disciplinas indispensáveis à operação de ambientes Red Hat Enterprise Linux, Red Hat OpenShift e Red Hat Ansible Automation Platform que sustentam os sistemas finalísticos do Tribunal, considerando que uma janela de manutenção mal coordenada em um cluster OpenShift, um patch de kernel aplicado sem validação prévia em ambiente de homologação ou um playbook Ansible executado sem o devido controle de configuração podem provocar indisponibilidade massiva e simultânea dos serviços jurisdicionais prestados aos cidadãos paraenses.

3.7.3. A ausência ou a irregularidade na apresentação dos documentos de comprovação dos itens da seção 3.7 ensejará a não aceitação da proposta e a consequente desclassificação da licitante.

### **3.8. Prova de Conceito (PoC) e Apresentação de Amostras**

3.8.1. Não será exigida a realização de Prova de Conceito (PoC) nem a apresentação de amostras para os bens e serviços objeto deste Termo de Referência. A dispensa de prova de conceito e de amostras justifica-se pelo fato de que a contratação envolve subscrições de software e serviços técnicos especializados associados a uma plataforma corporativa (Red Hat) já consolidada, adotada e em plena operação no ambiente institucional do TJPA, cuja funcionalidade, compatibilidade e aderência técnica encontram-se previamente validadas em

ambiente produtivo.

3.9. Tratamento Favorecido a ME/EPP (Micro e Pequenas Empresas)

3.9.1. Não será adotado o regime de exclusividade para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nem a reserva de cotas de que tratam os arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006. Tal medida justifica-se pelo fato de que o objeto envolve o fornecimento de subscrições corporativas e a prestação de serviços técnicos especializados de alta complexidade tecnológica, cuja natureza indivisível inviabiliza o fracionamento sem risco de prejuízo à execução integrada, ao suporte unificado e à continuidade operacional dos sistemas críticos do TJPA.

4. DA INDICAÇÃO OU VEDAÇÃO DE MARCA E/OU MODELO

- 4.1.1. Para fins de adequada caracterização técnica do objeto e garantia de continuidade operacional, fica expressamente indicada a plataforma corporativa da Red Hat como requisito tecnológico para o fornecimento das subscrições de software e prestação dos serviços técnicos especializados.
- 4.1.2. A indicação da marca não decorre de preferência tecnológica prévia da Administração, mas fundamenta-se no princípio da padronização tecnológica do ambiente institucional, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Conforme exaustivamente demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), o TJPA já possui um ecossistema consolidado baseado em tecnologia Red Hat.
- 4.1.3. A exigência da marca justifica-se pelos seguintes fatores técnicos e econômicos:
- 4.1.3.1. Compatibilidade e Integração: Necessidade de preservação da compatibilidade nativa com o parque computacional existente e com os sistemas de missão crítica em operação, incluindo as soluções avançadas de Inteligência Artificial do Tribunal.
- 4.1.3.2. Mitigação de Custos de Transição (Switching Costs): A substituição da plataforma atual por tecnologia distinta implicaria severos custos indiretos, exigindo a reengenharia de ambientes operacionais, revalidação de aplicações corporativas e a requalificação técnica de toda a equipe interna.
- 4.1.3.3. Mitigação de Riscos: A adoção de soluções alternativas equivalentes ou substitutivas romperia a continuidade do suporte unificado e ampliaria os riscos de indisponibilidade durante o período de transição.
- 4.1.4. Por conseguinte, a Contratada deverá fornecer exclusivamente subscrições oficiais da marca Red Hat. Não serão aceitas soluções similares, equivalentes ou substitutivas que impliquem mudança de ecossistema tecnológico, modelo de licenciamento ou perda de compatibilidade com as arquiteturas já implantadas no TJPA.
- 4.1.5. Ressalta-se que a presente indicação de marca não restringe indevidamente a competitividade do certame, uma vez que a solução especificada se caracteriza como produto comum de mercado e é amplamente comercializada por diversos canais e parceiros autorizados pelo fabricante, preservando a disputa pelo menor preço entre as revendas credenciadas.

5. DA EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Papéis desempenhados na contratação

Gestor do Contrato		Fiscal Requisitante	Fiscal Técnico	Fiscal Administrativo
Nome	Arlison Galdino da Silva		Marcus Vinicius Barbosa e Silva	Andrey Diego da Silva Albuquerque
Matrícula	183318		116971	227978
E-mail	Arlison.silva@tjpa.jus.br		Marcus.silva@tjpa.jus.br	Andrey.albuquerque@tjpa.jus.br
Caso necessário, indique que funções serão absorvidas pelo Gestor do Contrato.		SIM	NÃO	NÃO
SUPLENTE				
Há Indicação?	Gestor do Contrato	Fiscal Requisitante	Fiscal Técnico	Fiscal Administrativo
	SIM	SIM	SIM	NÃO
	Nome	Marcus Vinicius Barbosa e Silva	Marcus Vinicius Barbosa e Silva	Arlison Galdino da Silva
	Matrícula	116971	116971	183318
	E-mail	Marcus.silva@tjpa.jus.br	Marcus.silva@tjpa.jus.br	Arlison.silva@tjpa.jus.br

- 5.1.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por equipe designada pela Administração, composta, no mínimo, por gestor do contrato, fiscal técnico e fiscal administrativo, conforme definido na legislação vigente e nos normativos internos do TJPA.
- 5.1.2. Compete ao Gestor do Contrato coordenar a execução contratual, acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas, promover a interlocução institucional com a contratada e adotar as providências necessárias à adequada gestão do contrato.
- 5.1.3. Compete ao Fiscal Técnico acompanhar a execução técnica do objeto, verificar a conformidade das subscrições fornecidas, validar a execução dos serviços técnicos especializados e atestar o cumprimento dos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 5.1.4. Compete ao Fiscal Administrativo acompanhar os aspectos administrativos e documentais da execução contratual, incluindo o controle de prazos, a verificação da regularidade fiscal da contratada e o apoio aos procedimentos de liquidação e pagamento.
- 5.1.5. A execução dos serviços técnicos especializados será realizada mediante Ordens de Serviço (OS), devidamente autorizadas pela CONTRATANTE, contendo a descrição das atividades, o quantitativo estimado de UST, o prazo de execução e os entregáveis previstos.

5.1.6. A conclusão das atividades previstas em cada Ordem de Serviço deverá ser formalizada por meio de relatório técnico apresentado pela CONTRATADA e validado pela fiscalização do contrato, para fins de medição e atesto.

## **5.2. Formas de comunicação e acompanhamento da execução do contrato**

5.2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o TJPA e a empresa devem ser realizadas por meio de sistema de gestão do contrato, definido pelo TJPA. Na indisponibilidade deste sistema, a comunicação ocorrerá por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Caso a CONTRATADA não responda à mensagem de correio eletrônico no prazo de 02 (dois) dias úteis, será contabilizada a leitura automática ao fim do referido período, e caso a CONTRATADA não atenda aos telefones fornecidos no mesmo prazo, a fiscalização poderá iniciar processo administrativo para aplicação de penalidade. Não serão acatadas alegações de falhas ou dificuldades técnicas no recebimento das mensagens.

O contrato será gerido pelos servidores elencados no item 4.1. deste Termo de Referência, ou outro servidor formalmente designado pela Administração, que será comunicado à contratada.

A CONTRATADA deverá fornecer previamente os contatos de e-mail e telefone de seu(s) preposto(s). Estes serão os principais canais de comunicação a serem utilizados durante a execução do contrato, devendo as partes optarem pelo uso preferencial de e-mails, para geração de registros documentais.

## **5.3. Principais marcos e eventos da Execução do contrato**

5.3.1. A execução do contrato será pautada por eventos de referência que permitirão o acompanhamento, o controle e a fiscalização das entregas e dos serviços prestados ao longo de toda a sua vigência.

### **Marcos iniciais da execução**

5.3.2. Compreendem as atividades de transição e alinhamento, com a realização de reunião de *Kick-off* entre a Contratada e a equipe de fiscalização, visando alinhar os procedimentos de acionamento das demandas, o provisionamento do portal da Red Hat e os ritos de comunicação.

### **Marcos intermediários da execução**

5.3.3. Englobam os eventos cíclicos e contínuos do contrato, caracterizados pela ativação sob demanda das subscrições de software (CRD) e pela emissão e encerramento das Ordens de Serviço (OS) para consumo das Unidades de Treinamento e Unidades de Serviço Técnico (UST).

### **Marcos de conclusão da execução**

5.3.4. Compreendem o encerramento do período de vigência das subscrições ativadas e a validação final do saldo contratual, acompanhado do relatório geral de execução, assegurando o devido encerramento do instrumento contratual.

## **5.4. Dinâmica de execução**

5.4.1. A execução do objeto ocorrerá de forma contínua e sob o modelo de consumo flexível de créditos (CRD) e unidades de serviço (UST) registrados na Ata de Registro de Preços (ARP), observando as condições operacionais e os referenciais técnicos do TJPA.

5.4.2. A prestação dos serviços técnicos especializados e de suporte ocorrerá, preferencialmente, de forma remota, mediante acessos seguros estabelecidos pelo TJPA. Quando estritamente necessária, a atuação presencial ocorrerá nas dependências dos Data Centers indicados pelo Tribunal.

5.4.3. O consumo das Unidades de Serviço Técnico (UST) ocorrerá em horário comercial (8x5). Excepcionalmente, mediante solicitação prévia justificada, poderão ser realizadas atividades 24x7. O atendimento de suporte técnico oficial a incidentes, prestado pelo fabricante, deverá estar disponível ininterruptamente (24x7).

5.4.4. A execução observará as normas de segurança da informação institucionais, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Processo de Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJPA.

5.4.5. Considerando que a ARP registrará um saldo global de créditos a ser consumido sob demanda, a formalização das contratações decorrentes e a fixação de suas respectivas vigências observarão o seguinte rito processual:

5.4.5.1. **Identificação da Demanda e Conversão de Créditos:** A partir da necessidade tecnológica do TJPA, a equipe técnica definirá os produtos específicos do ecossistema Red Hat a serem ativados (ex: RHEL, OpenShift, OpenShift AI). Será aplicada a tabela de conversão oficial para estipular o quantitativo exato de Créditos de Subscrição (CRD) correspondente àquela demanda.

5.4.5.2. **Negociação e Otimização de Preços:** Previamente à formalização da contratação, o TJPA avaliará as condições de mercado para promover negociações de preços junto à Contratada. O objetivo é aproveitar oportunidades de escala, volume de subscrições adquiridas ou campanhas comerciais do fabricante para obter custos unitários inferiores aos registrados na ARP, maximizando a economicidade do saldo de créditos.

5.4.5.3. **Formalização do Instrumento de Contratação:** Definidos os produtos (SKUs) e os valores finais negociados, o consumo dos créditos será formalizado mediante a emissão de Nota de Empenho (e assinatura de termo de contrato, quando a lei exigir), o qual detalhará

os part numbers escolhidos, as quantidades convertidas e o período exato de subscrição.

5.4.5.4. Variabilidade das Vigências (1 a 3 anos): Os contratos ou empenhos gerados a partir do consumo dos créditos terão vigências variadas de 1 (um) ano ou 3 (três) anos. A definição de qual será o prazo de vigência em cada acionamento dependerá exclusivamente do planejamento estratégico do TJPA para o ativo tecnológico em questão, da expectativa de uso da solução (projetos de IA, expansão de containers, etc.) e da disponibilidade orçamentária no momento da contratação.

## **5.5. Instrumentos formais de solicitação do objeto**

5.5.1. Considerando a natureza flexível da contratação e a adjudicação por meio do Sistema de Registro de Preços, as solicitações de execução do objeto ocorrerão de forma formal e rastreável, de acordo com a categoria do serviço demandado.

5.5.2. Para o regular acionamento da Contratada, serão adotados os seguintes instrumentos formais:

5.5.2.1. Nota de Empenho / Solicitação Formal: Instrumento utilizado para a ativação dos Créditos de Subscrição (CRD) destinados às licenças de software e para a liberação de Créditos de Unidade de Treinamento.

5.5.2.2. Ordem de Serviço (OS): Instrumento exclusivo para a solicitação, dimensionamento e autorização de execução dos Serviços Técnicos Especializados em conformidade com as Unidades de Serviço Técnico (UST) registradas.

5.5.2.3. Chamado Eletrônico de Suporte: Instrumento utilizado para o acionamento do suporte técnico oficial a incidentes, aberto diretamente no portal ou nos canais de atendimento 24x7 do fabricante.

5.5.3. Os instrumentos de solicitação deverão conter, no mínimo, as seguintes especificações para garantir a segurança da execução e do faturamento:

5.5.3.1. Na Nota de Empenho (para CRD): Indicação clara do item da Ata de Registro de Preços (ARP), o part number (SKU) do catálogo da Red Hat a ser ativado, a quantidade de créditos convertidos e a modalidade/período de vigência da assinatura solicitada (ex: 1 ano ou 3 anos).

5.5.3.2. Na Ordem de Serviço (para UST): Identificação do tipo de serviço, a descrição detalhada das atividades, os prazos de execução, o perfil profissional requerido, os entregáveis previstos e, obrigatoriamente, a memória de cálculo contendo a quantidade de horas multiplicada pelo Fator de Complexidade, resultando no total de USTs a serem consumidas na demanda.

5.5.3.3. No Chamado de Suporte: Número identificador único, data e hora de abertura, descrição do problema, nível de severidade (Crítica, Alta, Média ou Baixa) e, quando aplicável, a autorização para atendimento hands-on remoto monitorado pelo TJPA.

## **5.6. Requisitos de Sustentabilidade**

5.6.1. Durante toda a execução contratual, a CONTRATADA deverá observar práticas de sustentabilidade ambiental e otimização de recursos, em estrita conformidade com as diretrizes institucionais do TJPA, adotando obrigatoriamente as seguintes medidas:

5.6.1.1. Priorização do atendimento remoto: A execução das atividades de suporte, manutenção e serviços técnicos especializados deverá privilegiar o formato remoto. A atuação presencial ocorrerá apenas quando estritamente necessária, visando à redução drástica de deslocamentos físicos, do consumo de combustíveis e da emissão de gases poluentes.

5.6.1.2. Eficiência energética e racionalização: Os serviços prestados pela Contratada deverão buscar a configuração otimizada dos ambientes tecnológicos, promovendo a racionalização do uso de recursos computacionais e, consequentemente, a eficiência energética dos data centers do TJPA.

5.6.1.3. Redução de desperdícios e retrabalho: A Contratada deverá adotar boas práticas oficiais do fabricante para evitar falhas operacionais que resultem em retrabalho, garantindo o uso eficiente do tempo, das Unidades de Serviço Técnico (UST) e dos recursos de infraestrutura institucional.

5.6.1.4. Tramitação digital: Todos os relatórios, faturas, ordens de serviço e demais comunicações atinentes à execução do contrato deverão tramitar exclusivamente por meio eletrônico e digital, visando à eliminação do consumo de papel e insumos de impressão.

## **5.7. Acordo de Níveis de Serviço (ANS)**

5.7.1. Os chamados técnicos para o item 1 deverão ser classificados e atendidos de acordo com o nível de criticidade do problema ou demanda que o originou, sendo a classificação dividida em 4 níveis:

a) Crítica: problema causa comprometimento ou interrupção de funcionalidades essenciais para a operação do negócio, com perda ou paralisação total de sistemas em produção e a situação constitui uma emergência;

b) Alta: problema interrompe operações, mas é mantida a operação do ambiente, ainda que com restrições de desempenho ou de funcionalidades não essenciais;

c) Média: problema não causa nenhuma perda de funcionalidade, constitui erro irrelevante, comportamento incorreto ou erro de documentação, que de nenhuma maneira impede a operação do sistema;

d) Baixa: esclarecimento de dúvidas ou consultas técnicas. Um chamado técnico pode, a depender da evolução da gravidade do problema, ser escalado de graduação de severidade, com os prazos de solução do problema sendo considerados o do novo nível de severidade e começando a ser contabilizados a partir do momento da escalção do chamado ao novo nível.

5.7.2. Para chamados de severidade Crítica, Alta, Média ou Baixa, no início dos atendimentos realizados e os prazos de solução estão

especificados na tabela a seguir:

- a) TMIA – Tempo Máximo para o Início do Atendimento;
- b) TMSO – Tempo Máximo para Solução Operacional, requerido para que o serviço ou o sistema impactado volte a funcionar, independentemente de ter sido resolvida a causa raiz do problema;
- c) TMSDC – Tempo Máximo para a Solução Definitiva do Chamado, situação em que o serviço esteja plenamente funcional e a causa raiz do problema é eliminada.

NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO				
Severidade	Descrição	Prazo de atendimento		
		TMIA	TMSO	TMSDC
		24x7	24x7	24x7
Crítica	Problema causa comprometimento ou interrupção de funcionalidades essenciais para a operação do negócio, com perda ou paralisação total de sistemas em produção e a situação constitui uma emergência.	30 min	4h	24h
Alta	Problema interrompe operações, mas é mantida a operação do ambiente, ainda que com restrições de desempenho ou de funcionalidades não essenciais.	1h	8h	48h
Média	Problema não causa nenhuma perda de funcionalidade, constitui erro irrelevante comportamento incorreto ou erro de documentação, que de nenhuma maneira impede a operação do sistema.	2h	24h	72h
Baixa	Esclarecimento de dúvidas ou consultas técnicas.	8h	48h	72h

5.7.3. No atendimento dos chamados, para efeitos de apuração do tempo gasto pela CONTRATADA, para a disponibilização da solução definitiva, serão desconsiderados os períodos em que a CONTRATANTE estiver responsável por executar ações necessárias para a análise e solução da ocorrência.

5.7.4. Considerando que a solução da ocorrência pode envolver, em caso de falha irrecuperável em qualquer componente, a necessidade de sua troca, mesmo com a adoção de solução de contorno e respeitando os prazos definidos para cada severidade informada, deverá ser providenciada pela CONTRATADA a troca dos componentes no prazo máximo de até 15 dias úteis, a partir da formalização da falha irrecuperável e aplicação da solução de contorno, devidamente informados no sistema de chamados ou por e-mail.

5.7.5. Em relação aos serviços técnicos especializados (item 3), o tempo de resposta para início do atendimento estará relacionado ao fator de complexidade e regime de trabalho, em conformidade com tabela a seguir:

COMPLEXIDADE	REGIME DE TRABALHO	PRAZO DE ATENDIMENTO
Especializada	Remoto	20 dias úteis
Alta	Presencial	20 dias úteis
Alta	Remoto	15 dias úteis
Média	Presencial	15 dias úteis
Média	Remoto	11 dias úteis
Baixa	Presencial	11 dias úteis
Baixa	Remoto	8 dias úteis

5.7.6. Qualquer descumprimento do acordo de nível de serviço será passível de punição, conforme as multas e penalidades descritas neste Termo de Referência, no que tange ao acordo de nível de serviço.

## 5.8. Forma de entrega, recebimento provisório/definitivo e qualidade

5.8.1. As licenças das assinaturas e/ou serviços deverão ser entregues observando o cronograma seguinte:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Assinatura da Ata de Registro de Preços	-
02	Entrega das assinaturas e da Nota Fiscal	Até 15 dias úteis após o 1º dia útil subsequente à assinatura da ARP (Etapa 01)
03	Recebimento provisório do objeto	Até 1 (um) dia útil após a etapa 02
04	Recebimento definitivo do objeto	Até 2 (dois) dias úteis após o recebimento provisório, desde que atendidos todos os requisitos do item 11.2 deste TR.



05	Pagamento da Nota Fiscal	Conforme item 14 deste Termo de Referência
----	--------------------------	--

5.8.2. O recebimento provisório ocorrerá para fins de verificação inicial da entrega, da seguinte forma:

- a) Para Subscrições (CRD): Ocorrerá com o envio, pela Contratada, de mensagem eletrônica para o endereço noc@tjpa.jus.br, contendo a cópia da Nota Fiscal, as instruções para acesso à plataforma e os contatos de suporte. A ativação inicial das assinaturas configura o recebimento provisório.
- b) Para Serviços Técnicos (UST): Ocorrerá com a entrega formal do Relatório Técnico de Execução correspondente à Ordem de Serviço (OS) finalizada.
- c) Para Treinamentos: Ocorrerá com a disponibilização do material didático oficial e a conclusão do respectivo curso.

5.8.3. O recebimento definitivo, que autoriza a liquidação e o pagamento da fatura, ocorrerá após a inspeção de qualidade e ateste pela equipe de fiscalização, observando os seguintes critérios:

- a) Qualidade e aceite de Subscrições: O Fiscal Técnico efetuará consulta diretamente no site oficial do fabricante (Red Hat). Serão aceitas apenas as entregas nas quais constem o part number exato, a descrição correta do serviço, a quantidade idêntica à solicitada no empenho, o prazo de vigência correto e a expressa associação do produto ao nome do TJPA.
- b) Qualidade e aceite de Serviços Técnicos: O Fiscal Técnico analisará o Relatório Técnico de Execução validando se os entregáveis atendem aos requisitos funcionais descritos na OS, e se a volumetria de Unidades de Serviço Técnico (UST) consumida respeita a tabela de fator de complexidade aprovada no Termo de Referência.
- c) Qualidade e aceite de Treinamentos: Será condicionado à entrega dos certificados oficiais de conclusão do fabricante (comprovação de, no mínimo, 70% de presença) e à verificação da Planilha de Avaliação de Treinamento, a qual deverá registrar média de satisfação superior a 70%.

5.8.4. Caso as entregas não atendam aos critérios de qualidade estipulados, o recebimento definitivo será recusado. A Contratada será notificada para sanar as inconsistências, substituir as licenças incorretas ou refazer os serviços técnicos inadequados no prazo fixado pela fiscalização, sem qualquer ônus adicional ao TJPA

## 6. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

6.1.1. O pagamento será realizado somente após a realização do recebimento definitivo pela equipe de gestão e fiscalização, o qual será formalizado por meio do atesto da nota fiscal de cobrança;

6.1.2. Após o recebimento definitivo, o pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da EMPRESA, em no máximo 30 (trinta) dias corridos;

6.1.3. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da lei n. 14.133, de 2021;

6.1.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.1.4.1. o prazo de validade;
- 6.1.4.2. a data de emissão;
- 6.1.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.1.4.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 6.1.4.5. o valor a pagar;
- 6.1.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.1.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.1.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 6.1.7.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 6.1.7.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.1.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.1.9. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.1.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

6.1.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

6.1.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.1.13. O TJPA realizará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento definitivo do serviço objeto da ata de registro de preços ou do contrato e da apresentação do documento fiscal correspondente;

6.1.14. No caso de atraso pelo TJPA, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o tempo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária;

6.1.15. O TJPA, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à Fornecedora, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Fornecedora, nos termos pactuados;

6.1.16. No caso de atraso de pagamento, desde que a Fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TJPA encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

6.1.17. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

6.1.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA;

6.1.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

6.1.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

6.1.21. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

6.1.22. A(s) EMPRESA(S) fornecedora, regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. O pagamento ficará ainda condicionado, à consulta e constatação de que a empresa permanece como enquadrada ao regime do Simples Nacional por ocasião da liquidação da despesa.

6.1.23. A CONTRATADA deverá enviar nota fiscal/fatura para o CONTRATANTE, através do sistema de gestão de contratos indicado pela CONTRATANTE.

6.1.23.1. Caso o sistema de gestão de contratos esteja indisponível, o envio deverá ser feito via endereço de e-mail [protocolo.geral@tjpa.jus.br](mailto:protocolo.geral@tjpa.jus.br), com a especificação do número e ano do contrato, bem como a indicação da Secretaria de Informática como destinatário.

6.1.24. O envio das notas fiscais/faturas deverá ocorrer, preferencialmente, até o 5º dia subsequente ao recebimento definitivo dos serviços pelo fiscal do contrato e, impreterivelmente, até o 30º dia subsequente a esse recebimento, sob pena de abertura de processo administrativo de aplicação de penalidade.

## **7. DA GARANTIA CONTRATUAL**

7.1.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor inicial do contrato e condições descritas nas cláusulas do contrato.

7.1.2. Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia, conforme §1º do art. 96:

7.1.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

7.1.2.2. Seguro-garantia;

7.1.2.3. Fiança bancária;

7.1.2.4. Título de capitalização.

7.1.3. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

7.1.4. No caso do seguro-garantia, deverá conter explicitamente o prazo de validade que deverá abarcar a vigência do contrato.

7.1.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

7.1.6. Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais.

7.1.7. A garantia contratual prestada pela contratada deverá ser atualizada sempre que houver atualização do valor do contrato, havendo ou não prorrogação contratual.

7.1.8. Os riscos a serem cobertos seja por qualquer das garantias são:

7.1.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, e

7.1.8.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA.

7.1.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

7.1.10. A Garantia deverá contemplar, ainda:

7.1.10.1. O risco a ser coberto seja por qualquer das modalidades de garantias; e

7.1.10.2. Prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.

7.1.11. A garantia de responsabilidade civil obedecerá às mesmas regras elencadas no item 4.9.25 e seguintes.

## **7.2. Manutenção e Garantia do objeto**

7.2.1. A garantia do objeto engloba o direito contínuo de uso das subscrições de software, o acesso a atualizações tecnológicas e a prestação ininterrupta de suporte técnico, assegurando a estabilidade dos ambientes do TJPA.

7.2.2. Os serviços de garantia e manutenção associados às subscrições deverão ser prestados ao longo de 1 (um) ou 3 (três) anos, de acordo com a modalidade de crédito ativada no respectivo instrumento de contratação.

7.2.3. Durante toda a vigência da subscrição, a contratada garantirá, sem qualquer ônus adicional, a manutenção dos softwares fornecidos. Esta manutenção compreende:

7.2.3.1. Acesso contínuo a atualizações corretivas (bug fixes), patches de segurança e atualizações evolutivas (novas versões ou releases).

7.2.3.2. Possibilidade de upgrade e downgrade das versões, permitindo o uso de versões anteriores ou recém-lançadas, sempre por meio de repositórios oficiais e seguros.

7.2.4. Os serviços de suporte técnico deverão ser prestados privativamente pelo fabricante da solução (Red Hat) ao CONTRATANTE, sem intermediação de terceiros. A assistência inclui:

7.2.4.1. Acesso completo à documentação oficial, base de conhecimentos e ferramentas automatizadas de diagnóstico e resolução de problemas no formato de autosserviço.

7.2.4.2. Atendimento especializado para resolução de incidentes, auxílio em configurações, registro de erros e dúvidas operacionais aplicadas à infraestrutura do TJPA.

7.2.4.3. Atendimento em formato hands-on remoto, mediante autorização prévia e sessão monitorada pela equipe do Tribunal.

7.2.5. O fabricante deverá fornecer, no mínimo, 06 (seis) credenciais de acesso para a equipe do TJPA e disponibilizar canais de atendimento em português do Brasil (Portal Web, Telefone 0800 e E-mail) operando no regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana (24x7).

7.2.5.1. O TJPA poderá registrar um número ilimitado de chamados.

7.2.5.2. Os registros de chamados deverão conter rastreabilidade completa (identificador único, data/hora de abertura e fechamento, severidade e solução aplicada).

7.2.5.3. O encerramento definitivo de um chamado técnico só poderá ocorrer mediante anuência formal do responsável técnico do TJPA.

## **7.3. Direitos de Propriedade Intelectual e direitos autorais**

7.3.1. A presente contratação não abrange o desenvolvimento de software sob encomenda. Dessa forma, os direitos de propriedade intelectual, direitos autorais e as marcas comerciais associadas aos softwares da plataforma Red Hat permanecem de propriedade exclusiva do fabricante ou de seus respectivos detentores sob licenças de código aberto. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) deterá o direito contínuo de uso das subscrições e o acesso pleno às atualizações corretivas e evolutivas durante todo o período de vigência da contratação.

7.3.2. Todos os artefatos técnicos produzidos, parametrizados ou customizados pela Contratada durante a execução das Ordens de Serviço (UST) – incluindo, mas não se limitando a, *scripts* de automação, planos de arquitetura, topologias, relatórios técnicos, painéis de monitoramento, *pipelines* de integração e documentações operacionais – serão de propriedade exclusiva e integral do TJPA. O TJPA terá o direito irrevogável de utilizar, modificar, distribuir e reproduzir internamente os referidos entregáveis, sem qualquer necessidade de autorização prévia ou pagamento de licenciamento adicional à Contratada.

7.3.3. É expressamente vedado à Contratada utilizar, comercializar, publicar ou reproduzir em outros clientes os artefatos técnicos e regras de negócio gerados especificamente no ambiente do TJPA. Fica igualmente vedada a utilização da logomarca ou do nome do Tribunal para fins de propaganda comercial sem a prévia e formal autorização da Administração, sujeitando-se a Contratada às regras de confidencialidade e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

## **8. DAS OBRIGAÇÕES**

### **8.1. Obrigações do Contratante**

- 8.1.1. Verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento;
- 8.1.2. Permitir o acesso às dependências do TJPA, aos técnicos do fornecedor responsáveis pela execução dos serviços de garantia quando necessários;
- 8.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da fornecedora;
- 8.1.4. Comunicar formalmente qualquer anormalidade referente aos serviços de garantia quando necessários;
- 8.1.5. Responsabilizar-se pelos pagamentos dos bens fornecidos pela fornecedora;
- 8.1.6. Realizar a instalação dos produtos e o atendimento inicial dos chamados técnicos conforme o manual de instalação fornecido pelo fabricante.
- 8.1.7. Receber o objeto fornecido pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- 8.1.8. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na Avaliação de Resultado.

### **8.2. Obrigações da Contratada**

- 8.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
  - 8.2.1.1. Entregar o objeto conforme especificações, prazos e locais constantes neste Termo, bem como regras descritas no edital e seus anexos.
  - 8.2.1.2. A Contratada deverá fornecer previamente os contatos de e-mail e telefone de seu(s) preposto(s). Estes serão os principais canais de comunicação a serem utilizados durante a execução do contrato, devendo as partes optarem pelo uso preferencial de e-mails, para geração de registros documentais.
  - 8.2.1.3. Atender as solicitações feitas caso o suporte necessite ser acionado, cumprindo os termos do contrato;
  - 8.2.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal da contratação ou gestor do contrato;
  - 8.2.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
  - 8.2.1.6. Manter seus profissionais, quando nas dependências do CONTRATANTE, em perfeitas condições de apresentação e asseio, submetendo-os às normas internas de conduta, segurança e disciplina e à Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, instituída pela Resolução CNJ 351/2020, sem que se configure, com isso, qualquer vínculo empregatício com o órgão.
  - 8.2.1.7. Substituir, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, qualquer um de seus empregados que for considerado inconveniente à boa ordem, demonstre incapacidade técnica, perturbe a ação da fiscalização do CONTRATANTE, não acate as suas determinações ou não observe às normas internas do CONTRATANTE.
  - 8.2.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor da contratação, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 8.2.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
  - 8.2.1.10. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação, na contratação direta;
  - 8.2.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução da contratação, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
  - 8.2.1.12. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento contratual e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
  - 8.2.1.13. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao número da Nota de Empenho a que se refere, atentando para que a discriminação do produto e a unidade estejam de acordo com a descrição do objeto, a marca, fabricante e prazo de validade.
  - 8.2.1.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os Arts. 12, 13 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990).

- 8.2.1.15. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 8.2.1.16. Além do contido na Lei Nº 14.133/21, são obrigações da Contratada responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, bem como taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 8.2.1.17. Reparar e corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação, em que se verificarem incorreções resultantes do transporte ou de meios empregados.
- 8.2.1.18. Atender prontamente às solicitações do CONTRATANTE acerca de dúvidas quanto a procedimentos de configuração ou atualização das licenças.
- 8.2.1.19. Executar o fornecimento por meio de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que eles venham a cometer no desempenho das funções, podendo o TJPA exigir a retirada daquela cuja conduta seja julgada inconveniente, obrigando-se, também, a indenizar o TJPA por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.
- 8.2.1.20. Entregar todos os produtos mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, constando no campo “observações”, o número da NOTA DE EMPENHO a que se refere, atentando para que a discriminação do produto e a unidade estejam de acordo com o Termo de Referência.
- 8.2.1.21. Estar em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 8.2.1.22. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto da contratação, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações e as regras de negócio, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

### 8.3. Obrigações de Ambas as Partes

- 8.3.1. As definições e obrigações desta contratação seguirão a Lei 13.709/2018 (LGPD), bem como as demais normas e leis aplicáveis à proteção de dados, especialmente as editadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais - ANPD.
- 8.3.2. A CONTRATANTE será considerado o titular dos dados pessoais.
- 8.3.3. As partes CONTRAENTES serão consideradas agentes de tratamento com os seguintes papéis:
- 8.3.4. TRIBUNAL DE JUSTIÇA: será a controladora dos dados pessoais.
- 8.3.5. CONTRATADA: será a operadora dos dados pessoais, sendo seu dever tratá-los respeitando a finalidade da contratação.
- 8.3.6. É proibido às partes utilizar qualquer informação pessoal fornecida em decorrência da execução do contrato para fins diferentes daqueles previstos no objeto do contrato, sujeitas à responsabilização administrativa, cível e criminal.
- 8.3.7. As partes comprometem-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente dados pessoais e sensíveis, fornecidos em decorrência da execução do contrato, conforme estabelecido na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedada a transferência dessas informações a outras empresas ou pessoas, exceto em casos de obrigações legais ou para cumprir o objeto do contrato.
- 8.3.8. As partes serão responsáveis administrativa e judicialmente por danos materiais, morais, individuais ou coletivos, causados aos titulares dos dados pessoais fornecidos em decorrência da execução do contrato, por descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados.
- 8.3.9. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como CPF, RG, endereço eletrônico, endereço residencial e cópia do documento de identificação.
- 8.3.10. A CONTRATADA reconhece a existência da Lei Geral de Proteção de Dados e compromete-se a ajustar todos os procedimentos internos conforme o disposto na legislação, visando proteger os dados pessoais fornecidos pelo CONTRATANTE.
- 8.3.11. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, assim como situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, divulgação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilegal, adotando as medidas previstas no artigo 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

## 9. ESTIMATIVA DE PREÇOS

Item	Descrição	Unidade	Qtd. total	Qtd. mínima	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Créditos de subscrições, por item individual, de produtos e serviços da linha Red hat, inclusive, Red Hat Enterprise Linux, OpenShift, Openshift AI e demais correlatos, incluindo suporte e garantia.	CRD	20.000	0	1.461,00	29.220.000,00

2	Crédito de Unidade de Treinamento oficial para produtos da linha Red Hat	CRD	1.000	0	1.921,00	1.921.000,00
3	Serviços Técnicos Especializados para o ecossistema de produtos da linha Red Hat	UST	20.000	0	630,40	12.608.000,00
<b>TOTAL GERAL (R\$)</b>						<b>43.749.000,00</b>

9.1. Adequação orçamentária

<b>Ação orçamentária</b>	8180 (65%), 8181 (9%) e 8182 (26%)
<b>Fonte de recursos</b>	0118
<b>Elemento de despesa</b>	339040
<b>Exercício financeiro</b>	2026 e 2027

9.2. Reajustamento

- 9.1.1. Em casos de prorrogação do contrato, os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 9.1.2. Após o interregno de um ano, e independente de pedido do contratado, os preços dos itens serão reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo –IPCA, do saldo renovado quando da prorrogação do Contrato.
- 9.1.3. O TJPA deverá negociar com a Contratada a possibilidade de não aplicar o reajuste ou aplicá-lo a menor. Devendo haver manifestação expressa da Contratada acerca da aceitação dos termos da negociação.
- 9.1.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 9.1.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o TJPA pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
- 9.1.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 9.1.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 9.1.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.1.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1.1. Para definições e aplicações dos subitens tratados neste tópico, o normativo balizador é a Instrução Normativa Nº 003/2024-GP, que regulamenta, no âmbito do TJPA, o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades definidas no art. 156 da Lei Federal Nº 14.133/2021.
- 10.1.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações (art. 6º da IN Nº 003/2024-GP):
- 10.1.2.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.2.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.2.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.2.4. deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências;
- 10.1.2.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.2.6. não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.2.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 10.1.2.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

- 10.1.2.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- 10.1.2.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Nº 12.846/2013.
- 10.1.3. Aos licitantes ou às empresas que praticarem infrações administrativas previstas no parágrafo anterior deste Termo de Referência, ficarão sujeitos às seguintes sanções administrativas:
- 10.1.3.1. advertência;
- 10.1.3.2. multa: moratória e/ou compensatória;
- 10.1.3.3. impedimento de licitar e contratar com o Estado do Pará pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 10.1.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 10.1.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.1.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida, entendendo-se como qual o fato gerador a ser imputado à hipótese normativa - leve, média, grave ou gravíssima;
- 10.1.4.2. as peculiaridades do caso concreto, nos termos do art. 5º da Lei 14.133, de 2021, e do art. 22 da LINDB;
- 10.1.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.1.4.4. os danos que da infração provierem para a Administração Pública; e
- 10.1.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.
- 10.1.5. Com fundamento no Capítulo II da IN nº 003/2024-GP, a Empresa:
- 10.1.6. Será sancionada com advertência nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos e ao interesse coletivo e que não justifique a imposição de penalidade mais grave.
- 10.1.7. A sanção de advertência somente será aplicada durante a vigência do contrato.
- 10.1.8. Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado do Pará pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato ou instrumento correspondente, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:
- 10.1.8.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (de três meses a dois anos);
- 10.1.8.2. dar causa à inexecução total do Contrato (de seis meses a três anos);
- 10.1.8.3. deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do Contrato mesmo após realização de diligências (de dois meses a seis meses);
- 10.1.8.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (de dois meses a um ano);
- 10.1.8.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (de seis meses a um ano);
- 10.1.8.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado (de três meses a um ano).
- 10.1.9. Será declarada inidônea para licitar e contratar quaisquer órgãos do Poder Público, em qualquer nível federativo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações, nos termos dos artigos 25 e 26, da IN nº 003/2024-GP:
- 10.1.9.1. aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Estado do Pará, que implicarem danos financeiros significativos para o TJPA, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas;
- 10.1.9.2. apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou de prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 10.1.9.3. fraudar a licitação ou de praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.9.4. comportar-se de modo inidôneo ou de cometer fraude de qualquer natureza
- 10.1.9.5. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- 10.1.9.6. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 10.1.10. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do empenho. total do empenho.

- 10.1.11. A multa compensatória será aplicada para o caso de inexecução parcial ou total do contrato nos seguintes percentuais e condições:
- 10.1.11.1.1. A inexecução parcial do contrato restará configurada, ensejando a aplicação de multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre a parcela afetada, entre outras hipóteses, quando a Contratada:
- 10.1.11.1.1.1. apresentar falha recorrente no cumprimento dos prazos de SLA (severidade Crítica e Alta) que resulte em indisponibilidade de serviços;
- 10.1.11.1.1.2. entregar licenças, subscrições ou versões incompatíveis com os part numbers exigidos; ou
- 10.1.11.1.1.3. não fornecer os profissionais especializados com as certificações exigidas (ex: RHCE) para a execução das Ordens de Serviço.
- 10.1.11.2. A inexecução total restará configurada, ensejando multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da respectiva contratação/empenho, quando houver:
- 10.1.11.2.1.1. recusa injustificada em ativar as subscrições no prazo máximo estipulado; ou
- 10.1.11.2.1.2. paralisação definitiva ou abandono dos serviços de suporte técnico 24x7 e consultoria especializada sem justificativa aceita pela Administração.
- 10.1.12. A multa de mora será aplicada quando a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto, em 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da respectiva Nota de Empenho ou Ordem de Serviço, aplicável especificamente nos casos de:
- 10.1.12.1.1. atraso na ativação e liberação das subscrições Red Hat no portal do fabricante; ou
- 10.1.12.1.2. atraso injustificado no início da prestação dos serviços técnicos especializados (UST) e treinamentos solicitados.
- 10.1.13. Além das multas compensatórias por inexecução parcial ou total do contrato e das multas de mora estabelecidas, serão aplicadas multas por descumprimento de obrigação contratual, entre outras hipóteses, no percentual de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do empenho, quando a EMPRESA entregar o objeto com especificações incompatíveis com as exigidas do contrato ou no edital e anexos da licitação que deu origem à adjudicação.
- 10.1.14. Fica dispensada, a critério da autoridade competente da unidade demandante, a formalização de solicitação de instauração de processo administrativo de apuração de responsabilidade, quando a soma dos valores atribuídos à empresa for considerada irrisória (art. 20, parágrafo único, incisos I e II, da IN Nº 003/2024-GP).

11. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

<b>11.1. Hipótese para a utilização do Sistema de Registro de Preços</b>	
Dadas as características do bem ou serviço, há a necessidade de contratações permanentes ou frequentes.	<input type="checkbox"/>
Por ser mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.	<input type="checkbox"/>
Por ser mais conveniente a contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.	<input type="checkbox"/>
Por ser mais conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para o atendimento a mais de uma unidade, órgão ou entidade.	<input type="checkbox"/>
Devido à natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelo TJPA.	<input checked="" type="checkbox"/>
<b>11.2. Justificativa técnica para a adoção do Sistema de Registro de Preço</b>	
A utilização do SRP justifica-se em razão da natureza flexível do objeto, cuja demanda é frequente e atende a diversos projetos de expansão do TJPA. A Administração não possui, no momento da abertura do certame, a precisão absoluta do cronograma de implantação e do volume exato de Unidades de Serviço Técnico (UST) ou Créditos (CRD) a serem consumidos, o que torna a aquisição sob demanda a estratégia mais aderente ao princípio da economicidade, evitando estoques ociosos e otimizando os recursos públicos.	
<b>11.3. Da necessidade de formalização de contrato</b>	
A execução da contratação ocorrerá de forma sob demanda, mediante emissão de Nota de Empenho (e assinatura de termo de contrato, quando aplicável pela lei). Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços possuirão vigência variada de 1 (um) a 3 (três) anos, a depender da conversão dos créditos de subscrição e da negociação da demanda na época do acionamento.	
<b>11.4. Órgãos participantes à Ata de Registro de Preços</b>	
Não se aplica, pois o presente processo será conduzido pelo TJPA na qualidade exclusiva de órgão gerenciador, não havendo, nesta etapa, a participação de outros órgãos do Poder Judiciário ou da Administração estadual.	
<b>11.5. Intenção de Registro de Preço – IRP</b>	



<p>A abertura de intenção de registro de preços mostra-se necessária como medida voltada à observância dos princípios da economicidade, eficiência e planejamento, bem como da ampliação da competitividade nas contratações públicas, conforme previsto na Administração Pública e disciplinado pela Lei nº 14.133/2021, sendo um procedimento estratégico fundamental para a eficácia das aquisições públicas.</p> <p>A utilização de IRP possibilita a identificação de instituições que possuam demandas semelhantes, promovendo a realização de contratações compartilhadas e permitindo o ganho de escala, com potencial redução dos custos administrativos e obtenção de propostas mais vantajosas para a administração pública. Além disso, o procedimento favorece a racionalização dos processos licitatórios, evitando a realização de múltiplos certames para objetos idênticos ou similares.</p> <p>Assim, para a presente contratação justifica-se a utilização do mecanismo de abertura de IRP para atender as demandas atuais e futuras desta Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, uma vez que a descontinuidade dos serviços e soluções acarretaria prejuízo direto às atividades finalísticas e de tecnologia, comprometendo a eficiência administrativa.</p> <p>Ademais, a abertura de IRP amplia a competitividade do certame, pois o aumento do quantitativo estimado tende a atrair maior quantidade de fornecedores interessados, favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas e compatíveis com os valores de mercado.</p> <p>Dessa maneira, considerando a participação de outros órgãos no conjunto de aquisições, o potencial de economia em escala, a otimização dos procedimentos administrativos e, principalmente, a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, resta devidamente fundamentada a necessidade de abertura de Intenção de Registro de Preços – IRP.</p>	
<b>11.6. Adesão de órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços</b>	
<p>Será permitida a adesão de órgãos não participantes, desde que haja aceitação prévia do fornecedor e não prejudique as obrigações com o TJPA. As aquisições adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados. O total de adesões à ARP não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o TJPA, independentemente do número de órgãos que aderirem.</p>	
<b>11.7. Possibilidade de prever preços diferentes</b>	
Não se aplica para o objeto a ser contratado.	<input checked="" type="checkbox"/>
Em razão da execução do objeto ser realizada ou os bens entregues em locais diferentes.	<input type="checkbox"/>
Em razão da forma e do local de acondicionamento dos bens a serem contratados.	<input type="checkbox"/>
Quando for admitida a cotação variável em razão do tamanho do lote.	<input type="checkbox"/>
Por outro motivo a ser demonstrado.	<input type="checkbox"/>
Justificativa técnica ou detalhamento da necessidade	
<p>Considerando a natureza do objeto e o modelo de comercialização padronizado do fabricante, não será admitida a prática de preços ou quantidades diferenciados para os itens desta ARP.</p>	
<b>11.8. Limites de Quantitativos e Condições de Proposta</b>	
<p>Em conformidade com as regras do Sistema de Registro de Preços, a quantidade mínima para cada contratação decorrente desta Ata será de 1 (uma) unidade, seja de Crédito de Subscrição (CRD) ou de Unidade de Serviço Técnico (UST), visando resguardar a viabilidade econômica do acionamento. É expressamente <b>vedado</b> ao licitante oferecer proposta com quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e neste Termo de Referência, obrigando-se a cotar e garantir o fornecimento do limite total registrado</p>	
<b>11.9. Prorrogação da Ata e Renovação de Quantitativos</b>	
<p>O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade e mantidas as condições satisfatórias. Havendo a prorrogação da vigência da Ata, fica expressamente prevista a <b>renovação dos quantitativos registrados</b> para o período prorrogado, de forma proporcional. Caso os quantitativos se esgotem antes do escoamento do prazo de vigência original, a referida renovação <b>poderá ser antecipada</b>, com o reestabelecimento do quantitativo inicial, desde que devidamente justificada a necessidade da consumação pela Administração.</p>	

Belém, 26 de junho de 2026.

<b>Integrante Demandante</b>	<b>Integrante Técnico</b>	<b>Integrante Administrativo</b>

## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

11.9.1. Especificações técnicas do **Item 1 – Créditos de subscrições, por item individual, de produtos e serviços da linha Red hat, inclusive, Red Hat Enterprise Linux, OpenShift, Openshift AI e demais correlatos, incluindo suporte e garantia.**

Os requisitos a seguir são de atendimento obrigatório e aplicam-se integralmente às subscrições objeto do Item 1.

11.9.1.1. Requisitos gerais

11.9.1.1.1. O sistema de suporte técnico deve possuir interface em Inglês ou Português (Brasil);

11.9.1.1.2. Possuir serviço de atualização, compreendendo atualizações corretivas (bug fixes), patches de segurança e atualizações evolutivas representadas por novas versões ou releases.

11.9.1.1.3. Permitir as atualizações dos softwares Red Hat de maneira automática, utilizando-se de repositórios de acesso seguros, fornecidos para solução;

11.9.1.1.4. Permitir a possibilidade de upgrade e downgrade da versão do software sem ônus adicional para a CONTRATANTE;

11.9.1.1.5. Todos os softwares ofertados devem ser suportados na modalidade de subscrição;

11.9.1.1.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar um acesso a base de conhecimento da solução entregue para consultas de documentos técnicos, soluções de problemas

11.9.1.2. Requisitos não funcionais

11.9.1.2.1. Os softwares devem ser compatíveis com as seguintes arquiteturas de Hardware:

a) Processadores físicos multinúcleos, no padrão CISC(x86), com extensões 64 bits e instruções de virtualização assistida por hardware;

b) Executar em plataforma x86 de 64 bits;

11.9.1.2.2. Compatibilidade com ambiente virtualizado:

a) VMware vSphere Hypervisor (ESXi) 7 ou superior

b) Compatibilidade com provedores de nuvem, no mínimo AWS, Oracle e Google;

11.9.1.2.3. Cada software componente da solução deverá ser entregue com toda documentação técnica (em inglês ou português brasileiro), contendo suas especificações detalhadas (drivers, sistema operacional, etc.);

11.9.1.2.4. A documentação técnica exigida refere-se aos manuais necessários à instalação e configuração da solução, contendo informações detalhadas e atualizadas sobre a instalação, operação e administração com índice analítico, podendo este ser em formato impresso ou digital;

11.9.1.3. Todas as subscrições fornecidas deverão estar na última versão estável lançada publicamente.

11.9.1.4. A garantia das subscrições inclui suporte técnico e direito de atualizações de versão pelo período de vigência da mesma.

11.9.1.5. Deverá ser permitido utilizar qualquer uma das versões disponíveis da referida subscrição, isto é, caso a subscrição adquirida seja da versão 7, deverá ser possível utilizar as versões anteriores, bem como as futuras a serem lançadas, desde que esteja no período de vigência do contrato.

11.9.1.6. A garantia de atualização dos produtos deverá disponibilizar upgrades para novas versões e correções dos produtos contratados, desenvolvidos durante o período de vigência do contrato e no catálogo ativo do FABRICANTE;

11.9.1.7. A garantia também inclui correções de eventuais erros ou falhas decorrentes do funcionamento dos softwares componentes da solução, mediante a disponibilização de atualizações corretivas e/ou ajustes de configuração.

11.9.1.8. A atualização dos produtos deve fornecer upgrades para novas versões (ou patches) publicados durante o período de contratação da subscrição.

11.9.1.9. Deverá permitir a utilização de qualquer produto do catálogo ou linha Red Hat, mesmo que não esteja explicitamente listado no Anexo II (**TABELA DE REFERÊNCIA DE CRÉDITOS DE SUBSCRIÇÃO - CRD**)

11.9.1.9.1. A Contratada deverá apresentar documento oficial do fabricante, indicando a quantidade de Créditos de Serviço (CRD) necessária para itens não constantes na tabela.

11.9.1.9.2. Ficará a cargo do CONTRATANTE aceitar ou não os novos quantitativos de conversão de CRD.

11.9.1.9.3. Caso, durante a vigência do contrato, o CONTRATANTE aceite a inclusão no catálogo de novos produtos lançados pela

Red Hat, após o aceite das respectivas CRD, deve ser feito um aditivo à ata de RP.

11.9.1.10. As quantidades especificadas na tabela abaixo deverão ser mantidas durante a vigência do contrato, não sendo permitidas alterações nos números quantitativos de conversão.

11.9.1.11. O consumo de CRD ocorrerá exclusivamente no momento da efetiva conversão do crédito em SKU Red Hat, sendo admitido fracionamento de CRD quando aplicável, vedado qualquer arredondamento em prejuízo da CONTRATANTE.

11.9.1.12. Cada produto deverá possuir uma correspondência na Tabela de Conversão de CRD por período para cada subscrição, conforme tabela a seguir no Anexo II (**TABELA DE REFERÊNCIA DE CRÉDITOS DE SUBSCRIÇÃO - CRD**), que deverá ser mantida durante a vigência da Ata de Registro de Preços, não sendo permitidas alterações nos números quantitativos de conversão.

#### 11.9.2. Especificações técnicas do **Item 2 - Crédito de Unidade de Treinamento oficial para produtos da linha Red Hat**

11.9.2.1. Serviço técnico especializado sem dedicação de mão de obra exclusiva, destinado a realização de treinamentos ou subscrições de treinamentos oficiais para produtos da linha Red Hat;

11.9.2.2. Deverão ser fornecidos treinamentos oficiais do FABRICANTE em produtos da linha Red Hat;

11.9.2.3. Os treinamentos deverão ser realizados com material e laboratórios oficiais, conforme disponibilidade de oferta no calendário público do fabricante.

11.9.2.4. A quantidade de Unidades de Treinamento requeridas para cada treinamento ou subscrição deverá ser obtida através de consulta ao link [https://training-lms.redhat.com/lmt/clmsBrowseV2.prMain?site=redhat&in\\_region=br&in\\_lang=pt-br](https://training-lms.redhat.com/lmt/clmsBrowseV2.prMain?site=redhat&in_region=br&in_lang=pt-br)

11.9.2.5. Deverão ser disponibilizadas apostilas oficiais de cada treinamento em formato eletrônico, assim como o certificado de participação, emitido pelo Fabricante. Para a emissão do certificado o participante deverá ter 70% (setenta por cento) do tempo cumprido no treinamento.

11.9.2.6. O instrutor deverá estar certificado e habilitado pela Fabricante para condução dos treinamentos oficiais, seja através da certificação RHCI (Red Hat Certified Instructor) ou outra indicada pelo próprio fabricante.

11.9.2.7. A contratada deverá realizar avaliação junto aos participantes, com o preenchimento da Planilha de Avaliação de Treinamento, devendo ser obtida média superior a 70%. Caso contrário o CONTRATANTE poderá solicitar a realização de novo treinamento, com a reformulação que achar necessária, sem ônus adicional.

11.9.2.8. Ao final do treinamento deverá ser emitido certificado de conclusão para cada participante. Somente após a entrega dos certificados de conclusão o treinamento poderá ser considerado como concluído.

11.9.2.9. A carga horária de cada treinamento deverá seguir o padrão definido pelo fabricante, em seu catálogo público disponível no link: <https://www.redhat.com/pt-br/services/training-and-certification>.

#### 11.9.3. Especificações técnicas do **Item 3 – Serviços Técnicos Especializados para o ecossistema de produtos da linha Red Hat.**

11.9.3.1. Prestação de serviços técnicos especializados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, na modalidade de serviços continuados, destinados ao suporte, evolução e manutenção do ecossistema de produtos da linha Red Hat. Todos os serviços serão executados pela empresa contratada, por meio de Unidade de Serviços Técnicos – UST.

11.9.3.2. Cada Unidade de Serviço Técnico (UST) corresponderá a unidade de esforço para desempenho de determinada atividade. Para a definição da quantidade de USTs necessárias para o desenvolvimento de uma atividade, deve-se utilizar como métrica a quantidade de horas necessárias para a execução da atividade, multiplicada pelo Fator de Complexidade da atividade.

11.9.3.3. Os serviços técnicos especializados são do tipo Variável.

11.9.3.3.1. O serviço será do tipo “Variável” quando não for possível estipular previamente a atividade realizada, isto é, onde só é possível estimar a quantidade de horas por cada tipo de atividade executada, porém esse quantitativo de horas é impossível de estimar em contrato, visto que dada a complexidade da execução do serviço não é possível de prever o mesmo sem executar uma análise prévia do escopo, volume e detalhamento.

11.9.3.4. A análise é realizada por projeto entre os responsáveis por parte CONTRATANTE e CONTRATADO.

11.9.3.5. Somente será permitida a realização de serviços que estejam em consonância com o objeto, que constem no rol de atividades do parceiro neste Termo de Referência

11.9.3.6. As atividades deverão ser realizadas em horário comercial (8x5), isto é, horário compreendido entre 8h e 18h em dias úteis, 5 dias por semana, 8 horas por dia, excluindo-se fins de semanas e feriados.

11.9.3.6.1. Excepcionalmente as atividades na modalidade 24x7, isto é, 7 dias por semana, 24 horas por dia, quando formalmente solicitadas pela CONTRATANTE, podem ocorrer em qualquer momento da execução das atividades. Para esses casos deverá haver um prévio alinhamento entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para formalizar um acréscimo de até 50% a mais no valor da OS ou atividade específica para o trabalho fora do horário comercial.

11.9.3.7. Os serviços especializados compreendem (não necessariamente nesta ordem): organização, planejamento, desenvolvimento, integração, levantamento de requisitos, implantação, parametrização, apoio ao gerenciamento, suporte técnico, execução, operação e monitoramento continuado do ambiente de tecnologia da informação, e de atividades inerentes às soluções Red Hat;

11.9.3.8. Os serviços especializados serão prestados conforme a necessidade e solicitação da CONTRATANTE mediante Ordem de Serviço (OS), com o quantitativo de Unidade de Serviço Técnico (UST) necessários;

11.9.3.9. Cada Ordem de Serviço (OS), deve conter o quantitativo de USTs a serem consumidos, devendo conter a descrição detalhada dos serviços a serem executados, contemplando, no mínimo: a identificação do tipo de serviço, a complexidade, os prazos, os requisitos de qualidade e o responsável pelo atesto, e deve compreender as atividades de planejamento da execução, entregáveis, estimativas, cronograma de execução e plano de trabalho.

11.9.3.10. A quantidade de USTs relativas aos serviços solicitados, será apresentada por ocasião da emissão da ordem de serviço (OS), podendo contemplar a execução de um ou mais serviços. Esse agrupamento só deverá ser aplicado para serviços com durações semelhantes, para não ocasionar retardo no encerramento da OS. O referido cálculo deverá ser feito para cada serviço solicitado na OS.

11.9.3.11. Para tanto e com fins de cálculo do valor da UST, deverão ser considerados os níveis de complexidade da tabela a seguir:

COMPLEXIDADE	FATOR
Especializada	2.00
Alta	1.75
Média	1.50
Baixa	1.00

11.9.3.11.1. Para fins de cálculos de um serviço do tipo “Variável” em uma determinada Ordem de Serviço (OS), será considerada para a definição da quantidade de USTs necessárias para o desenvolvimento da referida atividade os fatores de complexidade especificados no item 9.2.3.11, e deve-se utilizar como métrica a quantidade de horas necessárias para a execução da atividade, multiplicada pelo Fator de Complexidade do rol de atividades especificadas no Anexo III (TABELA DE ATIVIDADES E COMPLEXIDADES).

Exemplo de Ordem de Serviço do tipo “Variável”							
Elaboração do Plano de Arquitetura de Sistema <i>Single Sign On</i>							
ITEM DO CATÁLOGO DE SERVIÇOS	COMPLEXIDADE	QTD. HORAS	FATOR DE COMPLEXIDADE	QTD. UST	PERFIL	TOTAL P/ PERFIL	TOTAL DE UST
Avaliar requisitos tecnológicos, definir arquitetura e projeto de infraestrutura para a construção de soluções.	Alta	32	2	64	Arquiteto Plataforma	76	92
Elaboração de documentação técnica e de usuário.	Média	8	1.5	12			
Definir metodologia, elaborar cronogramas e artefatos de gestão de projetos.	Alta	8	2	16	Gerente de Projetos	16	

11.9.3.11.2. Para tanto e com fins de cálculo do quantitativo de UST, deverão ser considerados os níveis de complexidade do Anexo III (TABELA DE ATIVIDADES E COMPLEXIDADES);

11.9.3.11.3. Para fins de cálculo do valor da Ordem de Serviço Total deverá ser considerado tabela a seguir:

QTD_UST_TOTAL = QTD_UST * FATOR
<b>Definições:</b>
QTD_UST_TOTAL = Quantidade de Unidades de Serviço Técnico Total
QTD_UST = Quantidade de Unidades de Serviço Técnico para realização da atividade conforme tabela
FATOR = Fator de complexidade aplicado a atividade conforme tabela

11.9.3.11.4. O quantitativo de USTs necessários à execução de cada OS será calculado pela CONTRATADA e apresentado para a aprovação da CONTRATANTE.

11.9.3.11.5. Não será permitido o consumo de quantitativos divergentes dos definidos na respectiva Ordem de Serviço (OS), sem que seja realizada a alteração, cancelamento ou solicitação de OS, respeitando os trâmites previstos;

11.9.3.11.6. Os profissionais selecionados para realização destes serviços deverão ser do quadro funcional da CONTRATADA ou pertencer ao quadro societário ou pertencer ao quadro funcional da FABRICANTE das subscrições/soluções, além de possuir as qualificações

exigidas para assinatura do contrato. O profissional deverá possuir treinamento ou certificação, reconhecida pela FABRICANTE RedHat.

11.9.3.11.7. As atividades de natureza especializada (Anexo III - **TABELA DE ATIVIDADES E COMPLEXIDADES**), como por exemplo: definição, análise, revisão, validação e elaboração de pareceres arquiteturais sobre projetos, plataformas e soluções Red Hat poderão ser executadas pelo fabricante das soluções Red Hat, sob responsabilidade integral da CONTRATADA.

11.9.3.11.8. Deverá ser considerado os seguintes profissionais com os perfis abaixo listados:

Perfil	Principais Atividades / Descrição
Gerente de Projetos	<p>Profissional especializado para o acompanhamento e gestão do projeto e/ou atividades</p> <p>Realizar Reuniões de kickoff com o Cliente para apresentar OS e racional de dimensionamento;</p> <p>Realizar reuniões regulares para acompanhamento e status do projeto e/ou atividades;</p> <p>Apresentar e Acompanhar cronograma de atividades;</p> <p>Garantir o cumprimento dos objetivos definidos na OS – entregáveis;</p> <p>Reportar para a CONTRATANTE quaisquer dificuldades e/ou impedimentos que comprometam a execução das atividades;</p> <p>Promover o acompanhamento financeiro do projeto e/ou atividades;</p>
Arquiteto de Soluções	<p>Profissional especializado em produtos e/ou soluções Red Hat. É o ponto focal de decisões técnicas do projeto, responsável pela definição da arquitetura e alterações técnicas, de acordo com a necessidade de negócio do Cliente, do projeto e/ou atividades.</p> <p>Definir requisitos técnicos e não técnicos para a execução do projeto e/ou atividades;</p> <p>Identificar e elaborar plano para mitigação de riscos, em conjunto com o Gerente de Projetos, para a conclusão do projeto e/ou atividades;</p> <p>Elaborar e apresentar arquitetura técnica para a implantação e execução das atividades;</p> <p>Acompanhar a execução das atividades orientando as equipes e promovendo ajustes e/ou revisões arquiteturais quando necessário, de forma a garantir atendimento de todos os requisitos funcionais e não funcionais;</p> <p>Apresentar parecer técnico sobre o ambiente e propostas apresentadas;</p>
Consultor de Soluções	<p>Profissional especializados em produtos e/ou soluções Red Hat. É o responsável pela execução das atividades técnicas definidas pelo Arquiteto de Soluções</p> <p>Executar atividades de instalação e/ou implantação dos produtos e/ou soluções Red Hat;</p> <p>Criar rotinas técnicas automatizadas utilizando os produtos e/ou soluções Red Hat;</p> <p>Configurar e/ou parametrizar ambiente técnico para suportar a plataforma necessária;</p> <p>Monitorar e apoiar na administração e suporte do ambiente, realizando intervenções técnicas;</p> <p>Apoio às equipes do projeto e/ou do cliente na identificação e solução de incidentes e problemas;</p> <p>Orientar o Cliente na execução de rotinas nos softwares de tecnologia Red Hat;</p> <p>Orientar o Cliente com relação a melhores práticas de uso e aplicabilidade das tecnologias Red Hat;</p> <p>Fomentar conhecimento técnico relativo aos serviços prestados pela Red Hat à equipe do Cliente;</p>
Engagement Lead	<p>Profissional altamente qualificado, com forte engajamento em superar as expectativas dos clientes por meio do direcionamento do time do projeto no alcance dos objetivos. Principais atividades:</p> <p>Engajamento do alcance proposto, buscando a satisfação do cliente;</p> <p>Envolver o time para garantir os objetivos de cada meta estabelecida;</p> <p>Ser o ponto focal de escalção para os problemas e endereçar os conflitos;</p> <p>Definir o backlog das atividades em conjunto com o cliente e com o Arquiteto Red Hat;</p> <p>Suportar as atividades diárias do time e facilitar práticas e cerimônias ágeis que visem a melhor comunicação da equipe do projeto, revisão do backlog, metas da sprint e entregáveis realizados;</p> <p>Alinhar os requisitos e recursos junto com o time, validar o funcionamento da estrutura organizacional do time e administrar a equipe no cliente;</p> <p>Monitorar e acompanhar o progresso das atividades por meio de ferramentas pré-acordadas, fornecendo feedback e atualizações para a Red Hat e a equipe do cliente;</p> <p>Ajuda na comunicação entre a equipe do cliente externa do projeto e a equipe RH, modificando suas interações para maximizar o valor criado pelo projeto;</p> <p>Ajudar o Product Owner ou responsável pelo entregável a encontrar técnicas para gerenciar o Backlog de maneira eficaz;</p> <p>Criar um ambiente seguro para os participantes do projeto para o desenvolvimento de suas atividades e habilidades;</p> <p>Confirmar requerimentos para execução dos trabalhos e garantir a participação da equipe necessária;</p> <p>Antecipar problemas recomendando ações corretivas escalando os problemas aos gestores que forem necessários</p>

11.9.3.11.9. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar serviços que não estejam previstos no catálogo de serviços. Essa solicitação será negociada com a CONTRATADA, inclusive a quantidade necessária de UST.



TABELA DE REFERÊNCIA DE CRÉDITOS DE SUBSCRIÇÃO - CRD

SKU	DESCRIÇÃO	QTD CRD 1 ANO	QTD CRD 3 ANOS
MCT3945	Red Hat Advanced Cluster Management for Kubernetes, Premium (2 Core or 4 vCPU)	9	24
MCT3946	Red Hat Advanced Cluster Management for Kubernetes, Standard (2 Core or 4 vCPU)	7	18
MW05412	Red Hat Advanced Cluster Management for Virtualization (Bare Metal Node), Premium (1-2 Sockets)	18	48
MW05413	Red Hat Advanced Cluster Management for Virtualization (Bare Metal Node), Standard (1-2 Sockets)	13	33
MW05767	Red Hat OpenShift Virtualization Engine (Bare Metal Node), Premium (1-2 Sockets)	25	66
MW05768	Red Hat OpenShift Virtualization Engine (Bare Metal Node), Standard (1-2 Sockets)	17	45
MCT3822	Red Hat OpenShift Kubernetes Engine, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	9	24
MCT3823	Red Hat OpenShift Kubernetes Engine, Standard (2 Cores or 4 vCPUs)	7	18
MW05525	Red Hat OpenShift Kubernetes Engine (Bare Metal Node), Premium (1-2 Sockets)	106	288
MW05526	Red Hat OpenShift Kubernetes Engine (Bare Metal Node), Standard (1-2 Sockets)	71	192
MCT2735	Red Hat OpenShift Container Platform Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	36	96
MCT2736	Red Hat OpenShift Container Platform Standard (2 Cores or 4 vCPUs)	25	66
MW05472	Red Hat OpenShift Container Platform (Bare Metal Node), Premium (1-2 Sockets)	317	864
MW05473	Red Hat OpenShift Container Platform (Bare Metal Node), Standard (1-2 Sockets)	212	576
MW01621	Red Hat OpenShift Platform Plus, Premium (2 Cores or 4 vCPU)	44	120
MW01622	Red Hat OpenShift Platform Plus, Standard (2 Cores or 4 vCPU)	30	81
MW05543	Red Hat OpenShift Platform Plus (Bare Metal Node), Premium (1-2 Sockets)	396	1080
MW05544	Red Hat OpenShift Platform Plus (Bare Metal Node), Standard (1-2 Sockets)	266	723
MW02000	Red Hat Application Foundations, Premium, (2 Cores or 4 vCPUs)	49	132
MW02006	Red Hat Application Foundations, Standard (2 Cores or 4 vCPUs)	32	87
MW02103	Red Hat Application Foundations, Cluster Edition, Premium, (2 Cores or 4 vCPUs)	25	66
MW02104	Red Hat Application Foundations, Cluster Edition, Standard (2 Cores or 4 vCPUs)	17	45
MW05432	Red Hat Application Foundations, Cluster Edition (Bare Metal Node), Premium (1-2 Sockets)	215	585
MW05433	Red Hat Application Foundations, Cluster Edition (Bare Metal Node), Standard (1-2 Sockets)	143	390
MW04116	Red Hat Connectivity Link, Five Gateways, Standard	21	57
MW04117	Red Hat Connectivity Link, 1M Gateway Requests per day, Standard	61	165
MW04118	Red Hat Connectivity Link, 5M Gateway Requests per day, Standard	120	327
MW04119	Red Hat Connectivity Link, 10M Gateway Requests per day, Standard	201	546
MW04120	Red Hat Connectivity Link, Five Gateways, Premium	31	84
MW04121	Red Hat Connectivity Link, 1M Gateway Requests per day, Premium	91	246
MW04122	Red Hat Connectivity Link, 5M Gateway Requests per day, Premium	181	492
MW04123	Red Hat Connectivity Link, 10M Gateway Requests per day, Premium	301	819
MW00275	Red Hat Runtimes, Premium (16 Cores or 32 vCPUs)	106	288
MW00276	Red Hat Runtimes, Premium (64 Cores or 128 vCPUs)	380	1035
MW00277	Red Hat Runtimes, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	14	36
MW00278	Red Hat Runtimes, Standard (16 Cores or 32 vCPUs)	71	192
MW00279	Red Hat Runtimes, Standard (64 Cores or 128 vCPUs)	253	690
MW00280	Red Hat Runtimes, Standard (2 Cores or 4 vCPUs)	9	24
MCT3694	Red Hat Ansible Automation Platform, Premium (100 Managed Nodes)	154	420

MCT3691	Red Hat Ansible Automation Platform, Standard (100 Managed Nodes)	115	312
MW02562	Red Hat Service Interconnect, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	40	108
MW02563	Red Hat Service Interconnect, Standard (2 Cores or 4 vCPUs)	27	72
MW02585	Red Hat Developer Hub, Premium (10 Users)	49	132
MW04783	Red Hat Advanced Developer Suite, Premium (2 cores or 4 vCPUs)	9	24
MW04784	Red Hat Advanced Developer Suite, Standard (2 cores or 4 vCPUs)	7	18
MW05430	Red Hat Advanced Developer Suite (Bare Metal Node), Premium (1-2 Sockets)	80	216
MW05431	Red Hat Advanced Developer Suite (Bare Metal Node), Standard (1-2 Sockets)	53	144
MW04787	Red Hat Advanced Developer Suite, Premium (10 Users)	145	393
MW04788	Red Hat Advanced Developer Suite, Standard (10 Users)	97	264
MCT4546	Red Hat OpenShift AI, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	18	48
MCT4547	Red Hat OpenShift AI, Standard (2 Cores or 4 vCPUs)	13	33
MCT4721	Red Hat AI Accelerator, Premium (1 Accelerator)	9	24
MCT4722	Red Hat AI Accelerator, Standard (1 Accelerator)	7	18
MCT5041	Red Hat OpenShift AI (Bare Metal Node), Premium (1-2 Sockets)	159	432
MCT5045	Red Hat OpenShift AI (Bare Metal Node), Standard (1-2 Sockets)	106	288
MCT4848	Red Hat AI Inference Server (Physical Node or Virtual Node), Premium (1 AI Accelerator)	14	36
MCT4849	Red Hat AI Inference Server (Physical Node or Virtual Node), Standard (1 AI Accelerator)	8	21
RH00001	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters, Premium	36	96
RH00002	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters, Standard	22	60
RH00003	Red Hat Enterprise Linux Server, Premium (Physical or Virtual Nodes)	13	33
RH00004	Red Hat Enterprise Linux Server, Standard (Physical or Virtual Nodes)	8	21
RH00006	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters with Satellite, Premium	47	126
RH00007	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters with Satellite, Standard	33	90
RH00008	Red Hat Enterprise Linux Server with Satellite, Premium (Physical or Virtual Nodes)	16	42
RH00009	Red Hat Enterprise Linux Server with Satellite, Standard (Physical or Virtual Nodes)	11	30
RH00031	Red Hat Satellite	4	9
RH00032	Red Hat Satellite for Unlimited Guests	11	30
SER0824	Red Hat Enterprise Linux AI (Physical Node or Virtual Node), Standard (1 AI Accelerator)	10	27
MCT3325	Technical Account Management Services for Red Hat OpenShift Container Platform	255	693
MCT4719	Technical Account Management Services for Red Hat AI Platforms	255	693
MCT3485	Dedicated Technical Account Management Services for OpenShift	1014	2763
MCT4720	Dedicated Technical Account Management Services for Red Hat AI Platforms	1014	2763

-----

TABELA DE ATIVIDADES E COMPLEXIDADES

ID	GRUPO	ATIVIDADE	COMPLEXIDADE
1	Desenvolvimento	Desenvolvimento de aplicações cloud-native com Quarkus, Spring Boot e outros compatíveis com Red Hat Openshift	Baixa
2	Desenvolvimento	Desenvolvimento de aplicações com arquitetura OpenShift	Baixa
3	Desenvolvimento	Criação e manutenção de pipelines CI/CD no OpenShift	Média
4	Desenvolvimento	Customização e implantação de soluções do ecossistema Red Hat (Runtimes, Integration, SSO, etc.)	Alta
5	Desenvolvimento	Integração de aplicações com Keycloak, LDAP e serviços externos	Baixa
6	Desenvolvimento	Automação de rotinas administrativas no OpenShift via scripts e ferramentas integradas	Média
7	Desenvolvimento	Avaliação, planejamento e execução de modernização e containerização de aplicações legadas	Alta
8	Desenvolvimento	Automação de processos de desenvolvimento e operação (DevOps e GitOps)	Média
9	Observabilidade e Monitoramento	Implantação de ferramentas de monitoramento (Prometheus, Grafana, Loki, etc.)	Média
10	Observabilidade e Monitoramento	Suporte à criação de dashboards de observabilidade e alertas	Baixa
11	Observabilidade e Monitoramento	Análise de logs e diagnóstico de falhas em pods e serviços	Baixa
12	Observabilidade e Monitoramento	Avaliação de desempenho e tuning de aplicações em containers	Alta
13	Observabilidade e Monitoramento	Coleta e análise de dados de performance	Baixa
14	Observabilidade e Monitoramento	Identificação de gargalos e pontos de otimização	Média
15	Observabilidade e Monitoramento	Implementação de tracing distribuído	Média
16	Observabilidade e Monitoramento	Documentação técnica e elaboração de manuais operacionais	Baixa
17	Observabilidade e Monitoramento	Planejamento de capacidade, análise de crescimento e testes de carga em plataformas OpenShift	Alta
18	Observabilidade e Monitoramento	Acompanhamento de operação de aplicações críticas e gestão de sazonalidade	Alta
19	Segurança e Governança	Implantação e configuração do Red Hat OpenShift	Média
20	Segurança e Governança	Implantação e configuração do Red Hat Satellite	Média
21	Segurança e Governança	Implantação e configuração do Ansible Automation Platform	Média
22	Segurança e Governança	Definição de arquitetura de referência para aplicações containerizadas	Média
23	Segurança e Governança	Implantação de operadores e middlewares no ambiente OpenShift	Alta
24	Segurança e Governança	Capacitação técnica da equipe interna sobre OpenShift e tecnologias Red Hat	Média
25	Segurança e Governança	Auxílio no processo de onboarding de novos sistemas no cluster OpenShift	Média
26	Segurança e Governança	Criação e publicação de imagens de container seguras e otimizadas	Baixa
27	Segurança e Governança	Gestão técnica, governança operacional e controle de mudanças em ambientes OpenShift	Alta
28	Segurança e Governança	Elaboração de pareceres técnicos, relatórios de conformidade e auditoria operacional	Média
29	Segurança e Governança	Suporte técnico especializado e operação assistida de ambientes Red Hat e OpenShift	Média



30	Segurança e Governança	Implantação de práticas de governança DevOps e gestão do ciclo de vida das aplicações	Alta
31	Segurança e Governança	Execução de workshops, mentoring técnico e capacitação avançada em OpenShift e DevOps	Média
32	Segurança e Governança	Programas de liderança técnica, coaching, mapeamento de processos e transformação cultural em ambientes de TI integrados a soluções Red Hat	Alta
33	Inteligência Artificial	Implantação e configuração do Red Hat OpenShift AI (Data Science Pipelines, Notebooks, Model Serving, Feature Store)	Alta
34	Inteligência Artificial	Provisionamento de ambientes de Data Science e Machine Learning em OpenShift	Média
35	Inteligência Artificial	Criação e gestão de pipelines de MLOps para treinamento, versionamento e deploy de modelos	Alta
36	Inteligência Artificial	Integração de modelos de IA com aplicações cloud-native em OpenShift	Média
37	Inteligência Artificial	Configuração de inferência de modelos de IA via KServe, ModelMesh ou OpenShift AI Serving	Alta
38	Inteligência Artificial	Implantação de infraestrutura de IA com GPU, aceleradores e RHEL AI	Alta
39	Inteligência Artificial	Monitoramento de modelos de IA, métricas de inferência, drift e performance	Média
40	Inteligência Artificial	Observabilidade de pipelines de dados, treinamento e serving de modelos	Média
41	Inteligência Artificial	Governança, versionamento e auditoria de modelos de Machine Learning	Alta
42	Inteligência Artificial	Segurança de dados, modelos e pipelines de IA em ambientes OpenShift	Alta
43	Inteligência Artificial	Automação de pipelines de IA com OpenShift AI	Média
44	Inteligência Artificial	Integração de plataformas de dados (Data Lakes, Kafka, bancos de dados) com OpenShift AI	Média
45	Inteligência Artificial	Suporte à experimentação, notebooks, treinamento distribuído e hiperparâmetros	Média
46	Inteligência Artificial	Capacitação técnica em OpenShift AI, MLOps e RHEL AI	Média
47	Serviços Especializados de Arquitetura	Definição, Setup e validação de arquiteturas de referência para soluções baseadas em produtos Red Hat	Especializada
48	Serviços Especializados de Arquitetura	Revisão técnica e validação de arquiteturas de projetos e plataformas OpenShift	Especializada
49	Serviços Especializados de Arquitetura	Análise de aderência arquitetural às melhores práticas e padrões Red Hat	Especializada
50	Serviços Especializados de Arquitetura	Elaboração de pareceres técnicos e relatórios arquiteturais sobre soluções Red Hat	Especializada
51	Serviços Especializados de Arquitetura	Avaliação arquitetural de aplicações cloud-native baseadas em runtimes e frameworks Red Hat	Especializada
52	Serviços Especializados de Arquitetura	Definição de padrões arquiteturais para aplicações containerizadas em OpenShift	Especializada
53	Serviços Especializados de Arquitetura	Avaliação arquitetural de soluções de observabilidade em plataformas OpenShift	Especializada
54	Serviços Especializados de Arquitetura	Revisão de arquitetura de plataformas de monitoramento, tracing e logging em ambientes Red Hat	Especializada
55	Serviços Especializados de Arquitetura	Avaliação, validação e definição de arquiteturas de soluções de Inteligência Artificial em OpenShift AI e RHEL AI	Especializada



Documento assinado eletronicamente por **ANDREY DIEGO DA SILVA ALBUQUERQUE**, **ASSESSOR(A) DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO**, em 24/06/2026, às 15:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS BARBOSA E SILVA**, **CHEFE DE DIVISAO DE OPERACOES E SISTEMAS BASICOS (SETIC)**, em 25/06/2026, às 08:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ARILSON GALDINO DA SILVA**, **COORDENADOR(A) DE SEGURANCA DA INFORMACAO**, em 25/06/2026, às 08:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tjpa.jus.br/sei-autenticador> informando o código verificador **0000711844** e o código CRC **F9F6F928**.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**ANEXO III**

**CONTRATO Nº 00X/202X/TJPA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO DE SUBSCRIÇÕES DE SOFTWARE CORPORATIVO DE INFRAESTRUTURA E PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS ASSOCIADOS, VISANDO ASSEGURAR O DIREITO DE USO, O ACESSO A ATUALIZAÇÕES, O SUPORTE TÉCNICO OFICIAL E A EVOLUÇÃO CONTROLADA DOS AMBIENTES COMPUTACIONAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ.**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**, órgão do Poder Judiciário, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 3089, bairro do Souza, na cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, inscrito no CNPJ nº 04.567.897/0001-90, neste ato representado, por força da delegação de competência conferida pela Portaria nº 823/2023-GP, de 24 de fevereiro de 2023, pelo Secretário de Administração, Senhor **MAURÍCIO CRISPINO GOMES**, brasileiro, domiciliado em Belém, capital do Estado do Pará, matrícula funcional nº 70149, designado por meio da Portaria nº 717/2025-GP, de 3 de fevereiro de 2025, publicada no Diário da Justiça em 4 de fevereiro de 2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, doravante denominada **CONTRATADA**, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **xx.xxx.xxx/xxxx-xx**, com sede na **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, CEP: **xx.xxx-xxx**, Tel./Fax: **(0xx) xxxxxxxxx**, e-mail: **xxxxxxxxxxxxxx**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa apresentados nos autos SEI Nº 0003575-60.2026.8.14.0900, resolvem celebrar, perante as testemunhas que subscrevem, o presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e decorre do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, conforme consta no Processo SEI nº 0003575-60.2026.8.14.0900.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), sob a forma de Sistema de Registro de Preços, caracterizada pela aquisição e contratação sob demanda de subscrições de software corporativo de infraestrutura e pela prestação de serviços técnicos especializados associados, visando assegurar o direito de uso, o acesso a atualizações, o suporte técnico oficial e a evolução controlada dos ambientes computacionais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução do objeto deverá ocorrer em estrita conformidade com as diretrizes e especificações constantes na Ata de Registro de Preços, no Termo de Referência, na proposta da CONTRATADA e nos respectivos anexos, que integram este instrumento para todos os fins de direito.

PARÁGRAFO TERCEIRO - o objeto descrito no Termo de Referência é o seguinte:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

LOTE ÚNICO						
Item	Descrição	CATMAT/ CATSER	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Créditos de subscrições, por item individual, de produtos e serviços da linha Red hat	27502	CRD	20.000		
02	Treinamento oficial para produtos da linha Red Hat	27502	CRD	1.000		
03	Serviços Técnicos Especializados para o ecossistema de produtos da linha Red Hat	27340	UST	20.000		
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO						R\$

PARÁGRAFO QUARTO - Todo detalhamento do objeto, requisitos funcionais e não funcionais estão descritos no termo de referência e seus anexos, em caso de divergência entre a descrição dos serviços indicada no código CATMAT/CATSER do COMPRASNET e a constante no Termo de Referência, prevalecerá esta última.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de vigência deste Contrato é de **INSERIR NA EMISSÃO: 1 (um) ano OU 3 (três) anos**, contados da data de sua assinatura, em conformidade com a modalidade de crédito ativada no respectivo instrumento de contratação estabelecida no Termo de Referência, com eficácia legal após a publicação no PNCP, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO ÚNICO – A vigência da contratação dependerá da opção de consumo de créditos para a aquisição de subscrição, conforme Tabela de Referência de Créditos de Subscrição – CRD, contida no Anexo II do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO QUARTO – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO QUINTO - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

PARÁGRAFO SEXTO - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

PARÁGRAFO ÚNICO - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

PARÁGRAFO ÚNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor total da contratação é de R\$ **xxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxx reais)**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No valor total estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão inclusos tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será realizado através de crédito em conta corrente no **Banco XXXXXXXX n.º XXX, Agência n.º XXXX, Conta Corrente n.º XXXXXXXX-X**, mediante a apresentação de fatura emitida pelo contratado em correspondência ao objeto executado, com divulgação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 6 (Da Liquidação e Pagamento) do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **29/04/2026**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços inicialmente registrados serão reajustados mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme item 9.1.2 do Termo de Referência.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO QUINTO - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO SEXTO - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO - O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATANTE**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As obrigações do CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, no item 8 (Das Obrigações), anexo ao Contrato, bem como as disposições abaixo:

PARÁGRAFO SEGUNDO - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

PARÁGRAFO QUARTO - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

PARÁGRAFO QUINTO - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

PARÁGRAFO SEXTO - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO SÉTIMO - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

PARÁGRAFO OITAVO - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

PARÁGRAFO NONO - Cientificar a Secretaria de Administração do PJPA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO DÉCIMO - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias, nos termos do art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O prazo previsto no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO será suspenso nos casos em que for atestado a não entrega da documentação necessária para fundamentar a solicitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do objeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As obrigações do(a) CONTRATADO (A) são aquelas previstas neste contrato e no Termo de Referência no item 8 (Das Obrigações), assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda as obrigações a seguir:

PARÁGRAFO SEGUNDO - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, no prazo máximo de até 3 (três) dias consecutivos;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado entre as partes, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

PARÁGRAFO QUARTO - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 1990, em como por todo e qualquer dano causado à Administração ou à terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, o valor correspondente aos danos sofridos, assegurado o contraditório e ampla defesa;

PARÁGRAFO QUINTO - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO SEXTO** - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida ativa da União; 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local dos serviços, que não tenha detalhamento específico no Termo de Referência;

**PARÁGRAFO OITAVO** - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo aos documentos relativos à execução contratual.

**PARÁGRAFO NONO** - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as exigências deste instrumento contratual e do termo de referência;

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**PRÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas no parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de extinção do contrato;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante, se for o caso;

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É dever das partes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, bem como o disposto no Termo de Referência, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do TRIBUNAL, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os dados obtidos em razão deste contrato administrativo somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

PARÁGRAFO QUARTO - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

PARÁGRAFO QUINTO - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever das partes eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações

PARÁGRAFO SEXTO - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá prestar garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, nas seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia; b) seguro-garantia;
- b) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- c) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO QUARTO** - Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no PARÁGRAFO QUINTO desta cláusula.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas por culpa da CONTRATADA, assegurados ampla defesa e contraditório.
- b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no PARÁGRAFO SEXTO desta cláusula.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica indicada pela Secretaria de Planejamento do Contratante.

**PARÁGRAFO NONO** - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

- 13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

17.1. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021 e da Instrução Normativa nº 003/2024-GP, o contratado ou licitante que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV) Multa, nos termos do Termo de Referência (Anexo I).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO TERCEIRO - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - As sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO- A aplicação das sanções realizar-se-á em processo de apuração de responsabilidade que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO NONO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei, no art. 159.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Os débitos do contratado para com a contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

- 2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- 3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO QUARTO - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 3 Indenizações e multas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO QUINTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/21).

PARÁGRAFO SEXTO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Tribunal de Justiça do Pará:

Dotações utilizadas pelo Pedido :			
<b>Dotação</b>	: 2026/247 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	<b>Valor Utilizado :</b>	1.248.650,00
<b>Programa de Trabalho</b>	: 04.102.02.126.1417.8180 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
<b>Elemento de Despesa</b>	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
<b>Fonte de Recurso</b>	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
<b>Destinação</b>	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
<b>Rubrica Item</b>	: 3.3.90.40.19.02.00.00 - TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO EM TIC (VINCUL. A CONTRATO)		
<b>Item de Despesa</b>	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		
<b>Dotação</b>	: 2026/247 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	<b>Valor Utilizado :</b>	8.195.200,00
<b>Programa de Trabalho</b>	: 04.102.02.126.1417.8180 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
<b>Elemento de Despesa</b>	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
<b>Fonte de Recurso</b>	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
<b>Destinação</b>	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
<b>Rubrica Item</b>	: 3.3.90.40.21.01.00.00 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE TIC-CONTRATOS		
<b>Item de Despesa</b>	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		
<b>Dotação</b>	: 2026/247 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	<b>Valor Utilizado :</b>	18.993.000,00
<b>Programa de Trabalho</b>	: 04.102.02.126.1417.8180 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
<b>Elemento de Despesa</b>	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
<b>Fonte de Recurso</b>	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
<b>Destinação</b>	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
<b>Rubrica Item</b>	: 3.3.90.40.57.01.00.00 - SERVICOS PROCESSAMENTO DE DADOS SOMET TIC - 510138		
<b>Item de Despesa</b>	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		
<b>Dotação</b>	: 2026/252 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	<b>Valor Utilizado :</b>	172.890,00
<b>Programa de Trabalho</b>	: 04.102.02.126.1417.8181 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
<b>Elemento de Despesa</b>	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
<b>Fonte de Recurso</b>	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
<b>Destinação</b>	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
<b>Rubrica Item</b>	: 3.3.90.40.19.02.00.00 - TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO EM TIC (VINCUL. A CONTRATO)		
<b>Item de Despesa</b>	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		
<b>Dotação</b>	: 2026/252 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	<b>Valor Utilizado :</b>	1.134.720,00
<b>Programa de Trabalho</b>	: 04.102.02.126.1417.8181 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
<b>Elemento de Despesa</b>	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
<b>Fonte de Recurso</b>	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
<b>Destinação</b>	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
<b>Rubrica Item</b>	: 3.3.90.40.21.01.00.00 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE TIC-CONTRATOS		
<b>Item de Despesa</b>	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

<b>Dotação</b>	: 2026/252 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	<b>Valor Utilizado :</b>	2.629.800,00
<b>Programa de Trabalho</b>	: 04.102.02.126.1417.8181 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
<b>Elemento de Despesa</b>	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
<b>Fonte de Recurso</b>	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
<b>Destinação</b>	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
<b>Rubrica Item</b>	: 3.3.90.40.57.01.00.00 - SERVICOS PROCESSAMENTO DE DADOS SOMET TIC - 510138		
<b>Item de Despesa</b>	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		
<b>Dotação</b>	: 2026/258 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	<b>Valor Utilizado :</b>	499.460,00
<b>Programa de Trabalho</b>	: 04.102.02.126.1417.8182 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
<b>Elemento de Despesa</b>	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
<b>Fonte de Recurso</b>	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
<b>Destinação</b>	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
<b>Rubrica Item</b>	: 3.3.90.40.19.02.00.00 - TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO EM TIC (VINCUL. A CONTRATO)		
<b>Item de Despesa</b>	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		
<b>Dotação</b>	: 2026/258 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	<b>Valor Utilizado :</b>	3.278.080,00
<b>Programa de Trabalho</b>	: 04.102.02.126.1417.8182 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
<b>Elemento de Despesa</b>	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
<b>Fonte de Recurso</b>	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
<b>Destinação</b>	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
<b>Rubrica Item</b>	: 3.3.90.40.21.01.00.00 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE TIC-CONTRATOS		
<b>Item de Despesa</b>	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		
<b>Dotação</b>	: 2026/258 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	<b>Valor Utilizado :</b>	7.597.200,00
<b>Programa de Trabalho</b>	: 04.102.02.126.1417.8182 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
<b>Elemento de Despesa</b>	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
<b>Fonte de Recurso</b>	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
<b>Destinação</b>	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
<b>Rubrica Item</b>	: 3.3.90.40.57.01.00.00 - SERVICOS PROCESSAMENTO DE DADOS SOMET TIC - 510138		
<b>Item de Despesa</b>	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina pelo art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e não podem transfigurar o objeto da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO ÚNICO - A fiscalização da execução do objeto será efetuada pela equipe de gestão e fiscalização designado pelo CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo ao Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA INTERPRETAÇÃO**

PARÁGRAFO ÚNICO - As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/90 e observado a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE**

PARÁGRAFO ÚNICO - Observado o disposto na cláusula anterior, permanecendo o conflito de interesse, as partes se comprometem a buscar soluções amigáveis e consensuais para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução deste contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No prazo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura, o extrato do contrato deverá ser publicado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724. de 2012.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO**

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica eleito o foro de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Belém/PA, XX de xxxxxxxx de 202x.

**MAURÍCIO CRISPINO GOMES**  
Secretário de Administração TJPA

**Nome da Empresa**  
Nome do representante da empresa





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**Anexo II**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
N.º .....

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**, localizado na Avenida Almirante Barroso, nº. 3089, bairro do Souza, cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.567.897/0001-90, neste ato representado(a), por força da delegação de competência conferida pela Portaria nº 823/2023-GP, de 24 de fevereiro de 2023, pelo Secretário de Administração **MAURICIO CRISPINO GOMES**, brasileiro, residente e domiciliado em Belém, nomeado(a) pela Portaria nº. 717/2025-GP de 03 de fevereiro de 2025, publicada no Diário de Justiça do dia 04 fevereiro de 2025, portador da matrícula funcional nº 70149, considerando o julgamento da licitação realizada na modalidade e forma Pregão Eletrônico nº XXX/TJPA/2025) para **REGISTRO DE PREÇOS** nº ...../202..., processo administrativo SEI nº SEI 0003575-60.2026.8.14.0900, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) xxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxx, com sede na xxxx, Telefone nº, Email:, neste ato representada por xxxxxxxx, ..... [nacionalidade], ..... [estado civil], residente e domiciliado(a) em ..... [cidade], capital do Estado do ..... [Estado], cuja proposta foi classificada em xxxx para os itens xxxxxxxx do certame supracitado, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Instrução Normativa 01/2023 – TJPA, nas Instruções Normativas nº 02 e 03, ambas de 2024 – TJPA e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição e contratação sob demanda de subscrições de software corporativo de infraestrutura e pela prestação de serviços técnicos especializados associados, visando assegurar o direito de uso, o acesso a atualizações, o suporte técnico oficial e a evolução controlada dos ambientes computacionais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE ÚNICO						
Item	CATMAT / CATSER	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	27502	Créditos de subscrições, por item individual, de produtos e serviços da linha Red hat	CRD	20.000		
02	27502	Treinamento oficial para produtos da linha Red Hat	CRD	1.000		
03	27340	Serviços Técnicos Especializados para o ecossistema de produtos da linha Red Hat	UST	20.000		
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO						

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A listagem do cadastro de reserva, se houver, gerada pelo Sistema Compras.gov, consta como anexo a esta Ata.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Todo detalhamento do objeto, requisitos funcionais e não funcionais estão descritos no termo de referência e seus anexos, em caso de divergência entre a descrição



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

dos serviços indicada no código CATMAT/CATSER do COMPRASNET e a constante no Termo de Referência, prevalecerá esta última.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta, considerando que a justificativa para admissão de adesão por órgãos ou entidades não participantes encontra-se consignada no item 11.6 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, PUBLICAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, a contar da data de assinatura, com eficácia legal após a publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e do extrato no Diário Oficial do Estado e poderá ser prorrogado, por igual período, com a renovação de seus quantitativos, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O presente Instrumento será publicado em até 10 (dez) dias, contados da sua assinatura, em conformidade com o artigo 25, §5º da Constituição do Estado do Pará.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O presente instrumento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 10 (dez) dias contados da sua assinatura.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Haverá necessidade de formalização de instrumento de contrato decorrente da ata de registro de preços, conforme justificativas constantes do Termo de Referência.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A execução da contratação ocorrerá de forma sob demanda, mediante emissão de Nota de Empenho ou assinatura de termo de contrato. Os contratos ou empenhos gerados a partir do consumo dos créditos desta Ata terão vigências variadas de 1 (um) ano ou 3 (três) anos, a depender da conversão dos créditos de subscrição (CRD) e da negociação da demanda na época do acionamento, conforme estipulado no item 11.3 do Termo de Referência.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O registro a que se refere o caput desta cláusula tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A convocação das licitantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em valor igual ao da licitante mais bem classificada antecederá a convocação das licitantes que mantiveram sua proposta.

**PARÁGRAFO OITAVO** – O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**PARÁGRAFO NONO** - Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de até 5 dias, contado do recebimento oficial de convocação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

---



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - A ata de registro de preços (ARP) será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sítio eletrônico do TJPA e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no parágrafo quarto, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**CLÁUSULA SEXTA – DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os critérios de medição e de pagamento estão definidos no Termo de Referência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O pagamento será realizado mediante crédito em nome da Empresa detentora da ata, na conta corrente nº. XXXXXX, da Agência XXXXX, do Banco XXXXX, conforme discriminado na proposta.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Quando do pagamento da nota fiscal/fatura, o TJPA verificará a regularidade fiscal da Empresa detentora da ata com a Seguridade Social – CND, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF e com a Fazenda Federal/Estadual/Municipal; consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como o cumprimento de todas as condições de habilitação/qualificação exigidas no Edital; emitirá as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento, de débitos trabalhistas e SICAF; e exigirá declaração de cumprimento das reservas de cargos de que trata o art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Em sendo constatada alguma irregularidade após a verificação especificada no PARÁGRAFO TERCEIRO, a Empresa detentora da ata ficará sujeita ao cancelamento desta ata e à aplicação das penalidades previstas neste instrumento e nos arts. 92, inciso XVI; 137, inciso I; e 156, da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O TJPA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou a indenizações devidas pela Empresa detentora da ata, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo TJPA, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

1.1.  $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

1.2. EM = Encargos moratórios devidos

1.3. N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

1.4. VP = Valor da parcela a ser paga; e



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

1.5.  $I$  = índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:  $I = (TX/100)$   $I = (6/100)$   
 $I = 0,0001644$

1.6. 365 365

1.7.  $TX$  = Percentual da taxa anual = 6%

**PARÁGRAFO OITAVO** - É vedada a retenção de pagamento por parcela adimplida pela Empresa detentora da ata, mesmo nos casos de não manutenção das condições de habilitação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que elevem o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) Na hipótese de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
  - c.1) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
  - c.2) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em **28/11/2025**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Após o interregno de um ano, e independente de pedido do contratado, os preços dos itens serão reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do saldo renovado quando da prorrogação do Contrato, conforme item 9.1.2 do Termo de Referência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**PARÁGRAFO QUARTO** - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o TJPA pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

---



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO SEXTO** - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O reajuste será realizado por apostilamento, quando não implicar em alteração da contratação.

**CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A gestão e a fiscalização do objeto desta Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes caberão ao TJPA, devendo ser exercidas por equipe designada (Gestor do Contrato, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo), competindo-lhes o acompanhamento, controle e ateste das entregas, nos estritos termos e procedimentos definidos no Capítulo 5 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TJPA convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na hipótese prevista no item anterior, o TJPA convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao TJPA a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo TJPA e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos da cláusula nona, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

---



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO OITAVO** - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o TJPA convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no parágrafo nono da cláusula quinta.

**PARÁGRAFO NONO** - Se não obtiver êxito nas negociações, o TJPA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do parágrafo segundo da cláusula nona, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no parágrafo sexto desta cláusula, O TJPA atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O registro do fornecedor será cancelado pelo TJPA, quando o fornecedor:

- a. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- e. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o TJPA, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no parágrafo primeiro será formalizado por despacho do TJPA, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o TJPA poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo TJPA, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
  - b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
  - c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.
-





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e termo de referência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INTERPRETAÇÃO**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas desta ata deverão ser suscitadas ao TJPA e serão decididas por ele, de acordo com a Lei nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/90 e observado a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Observado o disposto na cláusula anterior, permanecendo o conflito de interesse, as partes se comprometem a buscar soluções amigáveis e consensuais para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - É dever das partes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, bem como o disposto no Termo de Referência, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do TRIBUNAL, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os dados obtidos em razão desta ata somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé com os princípios do art. 6º da LGPD.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**PARÁGRAFO QUARTO** - É dever da Empresa detentora da ata orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever das partes eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações

**PARÁGRAFO SEXTO** - A Empresa detentora da ata deverá exigir de suboperadores e subcontratados, quando aplicável, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Belém, Capital do Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

---



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, IN nº 001/2023 - TJPA e IN nº 02 e 03, ambas do TJPA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao edital.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Local e data

Representante legal do TJPA

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)